



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso

Educação e Situação de Rua: A escola está preparada para receber crianças e adolescentes nessa situação?

Kaline Ferreira Monteiro

Brasília, Julho de 2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Humanas - IH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso

KALINE FERREIRA MONTEIRO

**Educação e Situação de Rua:
A escola está preparada para
receber crianças e adolescentes nessa situação?**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social
da Universidade de Brasília como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social
sob orientação da Prof. Dra. Silvia Cristina Yannoulas.

Brasília, Julho de 2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Humanas - IH
Departamento de Serviço Social – SER

Monografia aprovada pela seguinte Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Sílvia Cristina Yannoulas
Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social

Prof^a. Mestre Patrícia Cristina P. de Almeida
Professora do Departamento de Serviço Social

Assistente Social Camila Rosa Fernandes Souza

Agradecimentos

Agradeço aos elementos fundamentais na minha existência e trajetória de vida!

Agradeço ao Papai do Céu¹, à Força e a Fé que sempre me guiaram!

Aos meus amados pais, Alda e Genildo, sempre presentes e fundamentais na minha vida!

À minha amada irmã, Karen, pelo apoio e questionamento.

Aos meus queridos amigos de todas as etapas da vida que estão no meu coração!

À UnB e tudo que ela me proporcionou, tanto na Pedagogia quanto no Serviço Social.

Aos membros do Grupo TEDIS- UnB, que me receberam desde o primeiro momento no Serviço Social e me iniciaram nessa bela trajetória do saber!

Em especial, Edith Schneider e Celso Oliveira, parceiros deste momento de construção.

À professora Silvia Yannoulas, que desde o primeiro momento me recebeu muito bem e me iniciou na trajetória científica, com toda paciência e dedicação.

Às componentes da Banca Examinadora, que aceitaram participar desse momento: Assistente Social Camila Rosa e Prof^a Patrícia Pinheiro.

À Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP, que possibilitou este trabalho e colaborou para que ele acontecesse.

Ao desejo da descoberta e da busca pelo novo.

Aos sonhos e ao futuro que virá.

¹ Leia-se: Todos os Deuses e Deusas, do Céu, Mar e Terra, todos os Anjos e Santos (as), todas as energias e vibrações positivas que sempre me cercaram.

*“A luta contra a velha escola era justa,
mas a reforma não era uma coisa tão simples
como parecia; não se tratava de esquemas programáticos,
mas de homens, e não imediatamente dos homens que são professores,
mas de todo o complexo social do qual os homens são expressão.
Na realidade, um professor medíocre pode conseguir que os alunos
se tornem mais instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos.”*

Gramsci, Cadernos do Cárcere, 1932.

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social apresenta a discussão sobre a organização do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP. A EMMP está voltada para receber crianças, adolescentes e jovens adultos em situação de rua, e consideramos necessário apreender suas peculiaridades para receber um público em vulnerabilidade social. A infância e a adolescência, fases de desenvolvimento e constante construção desse sujeito de direitos, num contexto de risco social, apresenta-se como um problema que não é um fato recente, tendo toda uma linha histórica de abandono e situação de rua. Tendo em vista a importância do PPP para a legitimação do processo de construção da prática pedagógica, mostrou-se necessário observar a particularidade dessa proposta pedagógica, garantindo assim um dos direitos universais, que é o direito à educação. A pesquisa utilizou como estratégia metodológica o estudo de caso, e para tanto se valeu de técnicas de observação, a realização de 7 entrevistas semi-estruturadas com atores sociais envolvidos no processo educativo, e análise documental. Concluímos que no PPP da EMMP apresenta-se reiteradamente a palavra “diferencial, diferente” referindo-se à escola e à sua atuação, porém, na prática, sua metodologia mostra-se como a de qualquer escola. O que se revela como o real diferencial dessa instituição é o seu público específico, as crianças, os adolescentes e os jovens adultos em situação de risco social e pessoal e a forma de acolhimento que a EMMP proporciona aos seus alunos.

Palavras-chave:

Direito à educação; Projeto Político Pedagógico. Infância e Adolescência em situação de rua.

Abstract

This final work for completing Undergraduate degree in Social Service presents a discussion on the organization of the Pedagogical Political Project (PPP) at the Escola de Meninos e Meninas do Parque (School of Boys and Girls from the Park – EMMP). The EMMP is directed to take children, adolescents and young adults living in the streets, and we consider necessary to understand the peculiarities of a school with students living in social vulnerability. Childhood and adolescence are stages of development and construction of a person who has rights, and the context of social risk is not a recent problem, in which these children and adolescents had a whole story line of abandonment and homelessness. Given the importance of PPP for the legitimacy of the construction of pedagogical practice, it proved to be necessary to observe the special characteristics of the pedagogical proposal, thus ensuring the universal right to education. The research used case study as the methodological strategy, and both made use of observation techniques, conducting seven semi-structured interviews with actors involved in the educational process, and document analysis. We conclude that in the PPP, the EMMP repeatedly presents the word "difference, different," when referring to the school and its activities, however, in practice, the methodology proves to be like any regular school. What is revealed as the real differentiator of this institution is its specific audience: children, adolescents and young adults in social and personal risk and how they are received by the EMMP.

Keywords:

Right to education; Pedagogical Political Project. Children and Adolescents in street situations.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMA-ME – Associação dos Amigos da Escola dos meninos e meninas do Parque
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
C.F. – Constituição Federal de 1988
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
D.F. – Distrito Federal
DPP – Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMMP – Escola de Meninos e Meninas do Parque
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
INAM – Instituto Nacional de Assistência aos Menores
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NI – Núcleo de Integração
ONU – Organização das Nações Unidas
OTP – Organização do trabalho pedagógico.
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PL – Projeto de Lei
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROIC – Programa de Iniciação Científica
SAM – Serviço de Assistência ao Menor
SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SOE – Serviço de Orientação ao Estudante
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEDIS – Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação
UnB – Universidade de Brasília
VIOLES – Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes

Sumário

Resumo	6
Palavras-chave:	6
Abstract.....	7
Keywords:.....	7
Lista de Abreviaturas e Siglas	8
Introdução.....	10
Justificativa	10
Metodologia	14
Procedimentos metodológicos: o estudo de caso	14
Trabalho de campo.....	16
Referencial Teórico	18
Infância e Adolescência em Situação de rua.....	18
Direito à Educação	24
Projeto Político Pedagógico - PPP.....	26
Apresentação da EMMP	32
Organização curricular.....	33
Recursos disponibilizados	35
Corpo Docente.....	36
Aprofundando no Caso	37
Observações de Campo	37
Análise documental.....	39
Entrevistas.....	43
Conclusões	50
Referências Bibliográficas.....	53
Anexo 1 – Carta de Apresentação.....	57
Anexo 2 – Ofício da orientadora apresentando a estudante ao Centro Regional de Ensino do DF	58
Anexo 3 – Autorização da Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro para entrada na Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP	59
Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista.....	60
Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	63

Introdução

A construção dos saberes dá-se relacionando grandes áreas de conhecimento e descobrindo as conseqüências dessas relações. No caso deste TCC relacionamos três grandes áreas: o direito à educação vinculado à política educacional, crianças e adolescentes em situação de rua vinculadas à política de infância e adolescência em situação de rua bem como à política de assistência social, e o Projeto Político Pedagógico- PPP vinculado à organização do trabalho pedagógico – OTP e também a política educacional.

Observar a temática da criança e da adolescência em situação de rua coloca em questão a vulnerabilidade, e pensar essa fragilidade inserida no ambiente escolar, torna-se um desafio que o Estado e os profissionais diretamente envolvidos encontram diariamente na sua atuação. O PPP de uma escola deve apresentar mecanismos de envolvimento da comunidade, propiciando uma gestão democrática, onde todos os atores sociais sejam envolvidos no processo de planejamento e execução das atividades e situação propostas.

A temática de crianças e adolescentes em situação de rua é recorrente em diversas pesquisas da saúde, da psicologia e também das ciências humanas, e apresenta variados recortes de possíveis observações a serem feitas. Nesta pesquisa observei como a Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP proporciona às crianças e adolescentes em situação de rua, um ambiente escolar favorável para sua aprendizagem, dada a situação de risco que esse público se encontra e como seu PPP atende às sensibilidades dessa demanda.

Dados os questionamentos apresento então a seguinte **pergunta**: De que maneira o Projeto Político Pedagógico da Escola de Meninos e Meninas do Parque incorpora e trabalha as características específicas das crianças e adolescentes em situação de rua?

Considerando a seguinte **hipótese**: O PPP da Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP viabiliza o processo de ensino aprendizagem das crianças e adolescentes em situação de rua e contempla as sensibilidades dessa população.

Justificativa

A pesquisa objetivou investigar de que forma o PPP da EMMP pontuava as especificidades desse recorte populacional e como ele é importante para o desenvolvimento das atividades de ensino dentro do ambiente escolar.

Tal temática foi explorada para descobrir a importância de elementos específicos no Projeto de uma escola para receber uma parcela da população em situação de rua, uma vulnerabilidade consideravelmente grave e uma problemática constante ao longo de séculos.

A escola como um direito assegurado pela Constituição Federal - CF e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, para receber tal recorte populacional, deve fazer-se atrativa também para aqueles que estão na rua, e passam grande parte do seu tempo ociosa, sem nenhuma atividade específica.

Por diversos momentos na minha vida acadêmica me deparei com a temática apontada, sempre procurando relacioná-la com meu objetivo profissional, de voltar meus conhecimentos para tal. Despertei meu interesse pelo tema através de disciplinas como as Práticas de Pesquisa em 2009 e 2010, no contexto do projeto *Construindo uma Tipologia da Relação entre a Pobreza e a Educação Formal na Literatura Científica Recente (1999-2009): questões de gênero, raça e classe social* do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação – TEDis, sendo que este também foi trabalho de iniciação científica - PROIC 2009 e 2010²; Política de Educação, no primeiro semestre de 2010; Infância e Adolescência no segundo semestre de 2010, bem como outras disciplinas cursadas anteriormente no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília durante o ano de 2007.

O campo de estágio no Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes – VIOLES, durante o primeiro semestre de 2010, colaborou para que meu entendimento sobre essa temática de crianças e adolescentes em situação de rua fosse aprimorado, contribuindo de maneira fundamental para a descoberta dessa escola. Na prática do assistente social, o reconhecimento desse campo e da sua importância é fundamental devido à atuação do assistente social, que estará relacionando-se com a família e seus entes³.

Existem várias produções científicas, estas localizadas em bases de dados eletrônicas, como a Base de Dados *Scielo*, que tratam a questão da infância e adolescência, focando as instituições assistenciais e demais com a questão das outras instituições que compõe a rede de articulação para crianças e adolescentes, nenhuma

² YANNOULAS, Silvia; MONTEIRO, Kaline; ASSIS, Samuel. Relatório de Progresso PROIC – 2010.

³ MONTEIRO, Kaline. Relatório Final de Estágio, 2010.

aponta diretamente para EMMP. Ao buscar no Scielo, grande parte das produções localizadas possuem o enfoque psicológico e em questões voltadas para construções cognitivas e as conseqüências da situação de rua.

É interessante também refletir qual foi a justificativa para a criação de uma escola diferente para essa população. Observei como a EMMP pode proporcionar às crianças e adolescentes em situação de rua um ambiente escolar favorável para sua aprendizagem, dada a situação de risco que esse público se encontra e como seu PPP atende às sensibilidades dessa demanda.

O fortalecimento do movimento das crianças e adolescentes em situação de rua é importante para a construção de um campo de interação maior e à intersectorialidade entre assistência social / serviço social e educação, apontando assim, essa 'nova' área de atuação do assistente social. Visto que esse recorte social não possui nenhuma política específica para ele, e com o conhecimento dessa realidade, será possível pensar na real situação dessas crianças e adolescentes em situação de rua.

Nesse contexto escolar, utilizei o estudo de caso, a observação e a entrevista semi-estruturada para conhecer o ambiente e posteriormente, analisá-lo. O estudo de caso permitiu analisar mais especificamente o PPP da escola, observando em toda sua estrutura, como a questão de crianças, adolescentes e jovens adultos em situação de rua se refletiam no documento citado. A observação possibilitou a presença naquele ambiente escolar, realizada por meio da participação nas Assembléias semanais, onde vários pontos da escola eram discutidos, como o comportamento dos alunos e o andamento das atividades propostas. E por fim, a entrevista semi-estruturada foi a forma mais aconselhável para, individualmente, conversar com aqueles envolvidos no processo educativo e, por meio de sua fala, substanciar suas considerações sobre o PPP, a caracterização de sua participação e como esse processo é recebido no ambiente escolar pelos demais profissionais, não somente a coordenação/direção.

A estrutura do trabalho encontra-se dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, apresentam-se as questões metodológicas e a escolha dos instrumentais utilizados em campo fundamentando e qualificando a necessidade e importância de cada método utilizado. Na seqüência, temos a exposição do campo, sua especificidade, a primeira aproximação e demais elementos para o primeiro contato com essa escola. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na elaboração deste trabalho.

No segundo capítulo são apontados os referenciais teóricos que nortearam o estudo apresentado, buscando a fundamentação e o embasamento considerado importante para a partir daí, seguir discutindo os conceitos-chaves deste trabalho e promovendo assim sua relação. Para melhor esclarecimento e melhor didática do trabalho, o referencial apresenta-se subdividido em tópicos: PPP, direito à educação e infância e adolescência em situação de rua.

No terceiro capítulo, apresento a história da escola, com vistas à primeira apresentação mais específica e detalhada daquele ambiente escolar, mostrando como ela se organiza, sua estrutura e recursos disponibilizados para que o processo de ensino-aprendizagem seja feito com sucesso.

No quarto capítulo, exponho as análises obtidas a partir das estratégias metodológicas apontadas e a análise dos dados e informações obtidas, dividido em: observações de campo, análise documental e entrevistas. Divisão essa considerada necessária para melhor entendimento de todos os instrumentos e críticas feitas.

E finalizando, no quinto capítulo, coloco as considerações finais, que resumem de forma crítica, todo esse processo de escolha, construção e análise do problema proposto, não pretendendo finalizar as considerações sobre essa temática, mas iniciar um debate sobre a importância do PPP da escola e como esse instrumento de atuação profissional pode proporcionar um trabalho mais seguro e conectado com a realidade escolar.

Agradeço então, aos possibilitadores de toda essa construção, DPP/ CNPQ e ao Projeto Observatório da Educação – CAPES/MEC, do qual faço parte e espero contribuir para tal.

Metodologia

Procedimentos metodológicos: o estudo de caso

A pesquisa qualitativa de caráter exploratório foi utilizada pela pesquisadora, no intuito de buscar a análise de uma determinada conjuntura, visando ter a maior quantidade de dados possíveis e tendo confirmada a sua veracidade, assim, proporcionar uma análise crítica pautada na real situação. Em resumo, o pesquisador pode, para assegurar os progressos do saber, apoiar-se em várias fontes, o vasto leque de todos os tipos de documentos, de uma parte, e as próprias pessoas que vivem as situações, fenômenos ou acontecimentos, segundo Laille & Dionne(1999).

De acordo com Minayo (1993) a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. E ainda acrescenta que “a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa”. O que pode ser observado no estudo proposto, ao analisar uma escola diferenciada no que diz respeito ao seu público e sua atuação, acompanhando assim, de forma mais aprofundada e possibilitando o melhor acompanhamento desse caso.

A estratégia utilizada pela pesquisa foi o estudo de caso. Este permite uma investigação que preserve as características significativas dos acontecimentos da vida real, sem a necessidade de ser uma interpretação completa dos eventos reais, o que possibilita estabelecer uma estrutura de debate (YIN, 2005).

As técnicas utilizadas foram três: a análise documental, a observação do campo e as entrevistas semi-estruturadas.

A análise documental justifica-se por essa ser uma técnica que valoriza a construção da linha histórica, esclarecendo a trajetória do objeto de estudo e possibilitando a reunião do maior número de informações acerca de determinada temática. Buscando as fontes documentais e reunindo o maior número de dados escritos, é possível fazer uma reconstrução histórica e assim, entender e posteriormente analisar criticamente esses dados e informações reunidas, sempre se lembrando do contexto histórico no qual se encontrava para a construção de idéias e observando a atualidade, para então termos uma posição acerca do tema, na interpretação de Sá-Silva (2009).

Na perspectiva de Laville & Dionne (1999), os documentos trazem informações diretas, apresentam os dados, e resta então fazer a triagem, a crítica e o julgamento da sua qualidade em função da pesquisa.

A observação foi feita durante as Assembléias realizadas, sempre tomando nota dos acontecimentos e posicionamentos apresentados, tanto por professores quanto pelos alunos.

Para ser qualificada em científica, a observação deve respeitar certos critérios, satisfazer certas exigências: não deve ser uma busca ocasional, mas ser posta a serviço de um objeto de pesquisa, questão ou hipótese, claramente explicitado; esse serviço deve ser rigoroso em suas modalidades e submetido à críticas nos planos da confiabilidade e da validade" (LAVILLE & DIONE, 1999, pg.176).

A observação foi feita com o olhar atento e guiado pela hipótese de pesquisa apontada nesse trabalho, de que a EMMP e seu PPP viabilizassem o processo de ensino aprendizagem das crianças e adolescentes em situação de rua e contemplassem as sensibilidades dessa população, reconhecendo suas peculiaridades e necessidades trazidas para o ambiente escolar. A utilização de notas descritivas, visando a objetividades dos fatos e como melhor forma de descrição da realidade apresentada juntamente com as notas analíticas, redigidas a partir da interpretação do pesquisador, dão conta da evolução do pesquisador no plano teórico. (LAVILLE & DIONE, 1999, pg.180)

A técnica de entrevista aberta e semi-estruturada possui como vantagem a sua maleabilidade, tanto quanto à duração, permitindo uma abordagem mais profunda sobre determinados assuntos, quanto à interação entre o entrevistador e o entrevistado o que viabiliza que as respostas sejam espontâneas. Essa técnica possibilita também uma maior abertura por parte do entrevistado e proximidade entre os que ali estabelecem esse contato, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados. Com a espontaneidade dos entrevistados e a maior liberdade que eles possuem, podem surgir questões inesperadas ao entrevistador, trazendo mais informações e questionamentos a serem utilizados na pesquisa proposta (BONI & QUARESMA, 2005).

Ao estabelecer essa conversa com o interlocutor por meio de uma entrevista semi-estruturada, além das novas informações, o contato direto com o entrevistado faz com que ele se sinta mais a vontade, visto que uma entrevista fechada não possibilitaria o desenvolver de um diálogo, que pode acrescentar tanto no quesito de informação quanto no quesito de pensamentos a serem desenvolvidos, por meio de críticas e sugestões.

Trabalho de campo

O estudo apresentado foi uma pesquisa qualitativa exploratória, na qual teve o objetivo de entender como o PPP da EMMP é construído para receber crianças e adolescentes em situação de rua, e investigar se existem mecanismos de convencimento ou outro atrativo para que esse recorte da sociedade busque o que lhe é de direito, a escola. Observado o seu baixo Ideb⁴, constando Escola do Parque da Cidade, com IDEB observado em 2009 de 1,9, sendo que o Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

Para obter a devida autorização (ver Anexo 3) para iniciar a pesquisa dentro da EMMP, fez-se necessário ir até a Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro, localizada na 315 Sul, ainda no mês de fevereiro, e para isso, era preciso estar munida de uma Carta de Apresentação (ver Anexo 1) especificando o objetivo dessa entrada na escola para obter a autorização de visitar a escola e entrevistar seus profissionais.

O segundo passo foi iniciar o contato com as autoridades da escola, já no mês de março, onde fui recebida na EMMP pelo servidor que me indicou os dias e horários aconselháveis para contatar as pessoas que me auxiliariam nesse processo e disponibilizou o contato telefônico destas. Em seguida, foi feita uma busca intensiva de documentos e materiais que forneçam informações sobre a EMMP, e, principalmente, o seu PPP, documento esse construído pela escola, visando planejar o seu ano de trabalho, elaborando assim um estudo de caso. Nessa análise documental foram buscados ainda documentos vinculados à instituição, missão e organograma institucional.

Também houve o momento de observação, onde fui inserida no contexto das Assembléias realizadas na escola, durante às quartas-feiras. Tomando nota do que acontecia no campo, consegui notar especificidades daquelas reuniões, observando o posicionamento e as atitudes daqueles atores sociais envolvidos no processo educativo daquela escola. Em seguida, foram realizadas 7 entrevistas semi-estruturadas com os profissionais da instituição visando observar o perfil daqueles que atuam e tem um

⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Fonte: <http://portalideb.inep.gov.br/o-que-e-o-ideb>

contato com as crianças e adolescentes que ali estudam. Com as entrevistas, pude conhecer a dinâmica do local, e assim fazer um bom trabalho, observando a fala de cada profissional na sua singularidade e constatando a sua atuação profissional naquele ambiente escolar.

Foram buscados os membros responsáveis pelo funcionamento da escola, professores, assistentes sociais, educadores, psicólogos e demais servidores envolvidos no processo educativo. Assim, procurei entender como a situação de rua daquelas crianças e adolescentes interferem no processo educativo e como a instituição está preparada para atender esses indivíduos.

Cada participante assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ver apêndice 2), onde ficou clara sua participação na pesquisa e consta, sua autorização para o uso das informações coletadas, sempre prezando o sigilo e garantindo ao participante a autonomia de esclarecer dúvidas ou de até mesmo, desistir da entrevista.

Cada entrevista foi composta por 24 questões, sendo elas abertas e fechadas, para posterior análise dos dados e recolhimento de informações (ver apêndice 1). O instrumento de coleta de dados traz em seu conteúdo, questões como: Você considera o PPP algo importante? Você acrescentaria algo nele? Você mudaria algo no PPP?

Depois desse processo de levantamento de dados, foi feita uma análise das entrevistas e dos conteúdos percebidos nas falas, observando principalmente, como os profissionais que representam essa instituição estão preparados para lidar com a situação de rua e se o Projeto Político Pedagógico daquela instituição dá o apoio e o preparo necessário para a atuação profissional de todos que ali trabalham.

Referencial Teórico

A construção do campo teórico e a racionalização da problemática apresentada para a fundamentação do trabalho apresentando, disponibiliza ao público, entender em que bases teóricas a pesquisa foi realizada e quais são os argumentos e conceitos fundamentais utilizados nessa busca.

Os principais tópicos desenvolvidos nesse TCC podem ser compreendidos à luz de três grandes categorias: infância e adolescência, o direito à educação e o PPP.

Infância e Adolescência em Situação de rua

A perspectiva da infância e da adolescência como sujeito de direitos é construída com base no processo histórico a partir da Constituição Federal – CF 1988, onde traz o seguinte artigo:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A infância é um período que começa com o nascimento, passando pelo desenvolvimento de personalidade, chegando às primeiras manifestações da puberdade, marco inicial da adolescência. Pode ser vista como uma oposição ao adulto, pela falta de idade ou de maturidade e de adequada integração social.

Outra importante consideração acerca do significado de adolescente:

"Apesar do conceito de adolescência (do latim ad, que significa para mais olescere, que significa crescer em suma, crescer para) como ele é hoje conhecido ter surgido em torno do início do século, a questão do jovem como problema existe há muito tempo e acompanha a evolução da civilização ocidental (...) na visão do adulto o adolescente é um ser em desenvolvimento e em conflito. Atravessa uma crise que se origina basicamente em mudança corporais, outros fatores pessoais e conflitos familiares. E finalmente é considerado "adulto quando mais adaptado a estrutura da sociedade" (BECKER. 1997. p. 8 e 9).

O adolescente encontra-se na fase de transmissão de mundo, de realidade, onde começam a surgir seus conflitos e a descoberta da vida adulta e suas possibilidades, além das responsabilidades, o que provoca várias sensações, entre elas, o questionamento e a dúvida.

Ariès (1986) considera duas fases distintas em relação à infância na sociedade europeia (francesa). Na primeira fase, a velha sociedade tradicional, a criança era mal vista pelos adultos, e a infância apresentava-se reduzida devido aos grandes números de infanticídio e altas taxas de morbidade natural. A criança era tida como uma “coisinha engraçadinha”, e não chegava a sair do anonimato, já que sua vida era muito frágil, não era um ser cativado e que receberia muita atenção. Já no final do século XVII, a criança assume um lugar na sociedade, quando o processo de escolarização foi então instaurado. Mas somente a partir do processo de industrialização que a criança passa a ter atenção da família, saindo do anonimato.

No Brasil Colônia e Império, a história da infância é posterior ao descobrimento do Brasil, porém, somente se torna objeto de intervenção do Estado no final do século XIX. Já a criança escrava, esta não chegava a ser objeto de intervenção da sociedade, pois era tratada semelhante às sociedades medievais, servindo de brinquedo e divertimento de visitas, eram tidas como ‘animaizinhos de estimação’, patrimônio e mão de obra; nessa época, não havia grande número de crianças abandonadas. A partir do século XVII, o abandono passa a ser problema e preocupar as autoridades, quando em 1726, o vice rei de Portugal escreve a D. João pedindo providências, e solicita a criação de uma roda, onde assim, diminuiriam a quantidade de abandonados, segundo Coelho (1997).

Para Marcílio (1998) a roda deveria ser uma caixa de madeira cilíndrica e côncava, de aproximadamente 55 cm de diâmetro, colocada numa janela do muro do hospital, e serviria como berço rotatório, de forma que aqueles que colocassem a criança ali não fossem identificados. Adota-se a roda para evitar a morte de muitos, era à “casa da roda”, a “casa dos expostos”, um asilo de menores abandonados. Se fosse descoberta a família de quem depositou seu filho na roda, pagava-se indenização ao asilo, e se a família não pudesse pagar, a criança era obrigada a desenvolver atividades profissionais nas oficinas de acordo com seu ofício aprendido, de forma não-remunerada, durante no mínimo 3 anos, para compensar suas despesas naquele local.

Desde então, observa-se o direcionamento dos saberes: os filhos dos ricos iam para os colégios, privilegiando seu desenvolvimento intelectual, e os filhos dos pobres, para profissões secundárias na sociedade, reforçando somente o conhecimento prático e profissional. Com o descaso do Estado, a sociedade reage, tomando para si a tarefa de assistência às crianças desvalidas assim como aos pobres irremediáveis,

surgem então as Irmandades Religiosas e Santas Casas de Misericórdia, segundo Coelho (1997).

A omissão do Estado, no período da colônia e do império permanece e somente no século XIX registra-se a primeira iniciativa estatal no sentido de criar uma instituição: em 1875, surge o Asilo de Meninos Desvalidados, para recolher e educar meninos de 6 a 12 anos que receberiam instrução primária e o ensinamento de ofícios mecânicos, e isso foi um marco na intervenção dos poderes públicos, mas não contribuiu para diminuir a situação de exposição e o abandono das crianças pobres.

Em 1920 inicia-se o debate pela legislação voltada para proteção da infância, já em 1924 é criado então o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, que posteriormente será incorporado ao código de menores, de 1979. As preocupações legais por volta de 1830, no código civil apontam como “desprovido do direito a emancipação paterna ou impedidos de assumir responsabilidades civis ou canônicas” e a partir de então, ganha visibilidade a questão jurídico-social-ideológico: ‘o menor’. São estabelecidos então, três períodos de idade: o menor de 14, onde não há a responsabilidade penal, mas podem ser recolhidos às casas de correção; o maior de 14 e menor de 18, este é passível de penas de cumplicidade. E o maior de 21, que poderá ser submetido à penas drásticas.

A assistência oficial existente era a caridade, dada por meio de instituições como o internato, que tinham o objetivo de recolher e educar os menores abandonados e viciados. Surgem também, institutos, reformatórios e colônias correcionais, destinadas a prevenir as desordens e recuperar desviantes.

As primeiras estatísticas criminais em 1900 já apontam os “pivettes”, como responsáveis por furtos, gatunagem, vadiagem e ferimentos, tendo na malícia e na esperteza as principais armas de sobrevivência, segundo Priore (1999).

Em 1903, inaugura-se a Grande Colônia Correcional Dois Rios; já em 1910, surge o Instituto João Pinheiro, criado para regenerar os inadaptados e prevenir as faltas, com tratamento regenerativo, possuindo aulas de educação física, moral e cívica, intelectual e profissional. No ano de 1918, passam a existir os patronatos agrícolas, onde há uma valorização da relação ordem/trabalho agrícola, para menores asilados. Eram características das Instituições público/privado o Estado assumir oficialmente a questão, e o financiamento era o ponto de discussão, visto que eram escassos os recursos e as noções de bem-estar ficam distanciadas da realidade (Coelho,1997).

A ausência de qualificação e instalações adequadas tornavam esses espaços semelhante aos presídios, onde regia a oposição à 'ociosidade'. Então, os defensores das crianças defendiam o trabalho precoce, evitando assim a vadiagem e a delinqüência, ficando estabelecida a "era a disciplina do trabalho e da repressão, para os cidadãos de amanhã", de acordo com Coelho (1997). Esse caráter repressivo-policialesco das instituições, que primavam pelo recolhimento dos menores, prevenção e regeneração, gera então um debate acerca da organização geral de assistência, quando em 1920, inicia-se o debate pela legislação voltada para proteção da infância.

Em 1924, cria-se o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, que posteriormente será incorporado ao Código de Menores. E em 1927, entra em vigor o Código de Menores, onde fica estabelecido a concepção do menor, abandonado ou delinquente, com idade inferior a 18 anos, que fica, a partir de então, submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidos neste código. Na perspectiva de Faleiros (2009), o código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista.

No ano de 1938 é criado o Conselho Nacional de Serviço Social que tinha como objetivo "suprir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza e miséria". Já em 1941, surge o SAM - Serviço de Assistência ao Menor, que objetivava atuar junto desses sujeitos classificados como menores desvalidos e delinquentes, porém sua atuação valia-se de mecanismos repressivos coercitivos, e como uma 'escola do crime' com maus tratos constantes e castigos corporais, pareciam mais verdadeiros presídios. Aniquila-se assim qualquer possibilidade de construção de sujeitos-cidadãos, segundo Coelho (1997).

Apontado como um serviço corrompido e com práticas clientelistas, o SAM é substituído pelo INAM - Instituto Nacional de assistência aos menores, em 1961; em 1964, transforma-se em FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. A FUNABEM era formada por diversos conselhos, e o problema do menor passava a ser um problema de segurança nacional, de forma que poderia colocar em risco a ordem pública. Repetia os mesmos vícios da SAM, inclusive o formato de internato, regime aberto, semi-aberto e fechado. No contexto repressivo do Regime Militar, a FUNABEM, acaba se moldando no autoritarismo, configurando-se como um meio de controle social e tecnocrático, onde há o predomínio da racionalidade vertical e centralizadora, concordando com Faleiros (2009).

No final dos anos 70 houve um acirramento das tensões sociais, apontando à questão nos centros urbanos, e dada a polêmica, em 1979 surge o novo código do

menor dada à pressão popular, aumentando assim, os adeptos da temática e interessados em discutir esse tema. O Código de 1979 define como situação irregular: a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria a infração penal. Essa concepção responsabiliza ainda mais os pais ou responsáveis, colocando a questão cada vez mais jurídica, em detrimento da assistencial, na perspectiva de Faleiros (2009).

Quando em 1985, a Coordenação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua juntamente com organizações atuantes na causa, fomentaram a inclusão do artigo 227 da CF. E então, a partir desse artigo, em 1990, aprova-se o ECA, rompendo com a mentalidade do “menor”. A lei adota a Proteção Integral, com base na doutrina integral da Organização das Nações Unidas – ONU, em substituição do adjetivo ‘menor’, considerando dois novos sujeitos de direitos: criança e adolescentes. No ECA considera-se crianças aquelas de faixa etária até os doze anos incompletos, e adolescente aquele com doze anos completos até os dezoito incompletos.

Segundo Faleiros (2009), o ECA é consoante à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 20/11/1989.

A Convenção dos Direitos da Criança não é apenas uma declaração de princípios gerais; quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar às normas de Direito interno às da Convenção, para a promoção e proteção eficaz dos direitos e Liberdades nela consagrados.⁵

A Convenção traz em seu artigo 19, a questão do abandono:

1. Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada.⁶

⁵ Artigo: Direitos da criança. Fonte: <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>

⁶ Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Fonte: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Também é importante considerar a legislação que teve como impulsionador este mesmo artigo, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, observando principalmente o ponto que tange a temática do direito à educação e as garantias do Estado para com esse recorte de idade. No capítulo 4 desse mesmo Estatuto, intitulado “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, são apontados seis artigos que trazem os direitos e deveres do cidadão em formação, aponto como ponto inicial da discussão, o artigo 53:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Tais direitos são apontados, mas muitos destes não correspondem com a realidade, visto que o acompanhamento dos pais para com seus filhos durante o processo escolar muitas vezes é precarizado, dada as condições de vida de cada um. Muitos pais trabalhadores não conseguem participar ativamente da educação e do processo de ensino-aprendizagem do seu filho, deixando tal papel unicamente para a escola.

A distância da realidade e da necessidade das crianças nessa condição de situação de rua é ressaltada por Priore (1999):

O mundo do qual a criança ‘deveria ser’ ou ‘ter’ é diferente daquele onde ela vive ou no mais das vezes sobrevive. O primeiro é feito de expressões como ‘a criança precisa’, ‘ela deve’, ‘seria oportuno que’, ‘vamos nos engajar em que’ etc., e até o irônico ‘vamos torcer para’. No segundo, as crianças são enfaticamente orientadas para o trabalho, o ensino, o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente se lhe está associada, aquela do riso e da brincadeira.(pg.8)

Isso pode ser claramente identificado em todas as Leis, Declarações e Estatutos, visto que pregam o que “deveria” ser de direito dessas crianças e

adolescentes, porém a aplicabilidade real desses instrumentos é fragilizada devido às ações incompletas e desconectadas com a realidade desse público.

Pensando na questão da pobreza, e principalmente na sua expressão social mais evidente, a situação de rua, Demo (2003) traz a reflexão que a pobreza é o mais agudo problema econômico do país e a desigualdade é o maior problema estrutural do país. E que erradicar a pobreza e combater a desigualdade seria a um binômio complexo que sustentaria o projeto de uma nova sociedade.

Crianças e adolescentes em situação de rua parecem ser o resultado de um longo processo de enfraquecimento dos laços afetivos com as figuras familiares mais próximas, o que é, certamente agravado pela não participação de outras instituições nessa formação, como a rede social. E ainda, essa situação de rua priva essas crianças e adolescentes por determinados períodos do convívio com um ambiente de referência em que as relações interpessoais sejam afetivas, estáveis e de confiança, segundo Yunes (2001).

Na perspectiva de Craidy (1998), o fenômeno *meninos de rua* é antes de tudo um fluxo que expressa um movimento de exclusão social mais amplo e se manifesta de forma particular na infância, por ser ela o seu elo mais frágil. A autora ainda completa com uma consideração de Marx, onde as estruturas sócio-econômicas desempenham papel decisivo na constituição da consciência e da identidade das pessoas: Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (Marx, 1983, pg.24).

A escola define em seu PPP que realiza um trabalho com crianças, adolescentes e jovens adultos, categoria essa última, dada devido à especificidade de seu público, que por muitas vezes não está na idade escolar adequada, sendo jovens de até 21 anos, visto que o processo de ensino é o EJA.

Direito à Educação

O direito à Educação é estabelecido antes de tudo na CF no seu artigo 6, sobre os direitos sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Declarar direitos é um recurso político-pedagógico que expressa um modo de conceber as relações sociais dentro de um país, de acordo com Cury (2000), em seu texto “A Educação como desafio na ordem jurídica”.

A história da educação no Brasil pode ser observada desde os tempos do império. A legislação educacional inicia-se na Constituição Imperial de 1824, onde trazia um artigo que reservava a educação àqueles considerados cidadãos, o que não incluía negro, índios e mulheres, pois esses só seriam dominados pela catequese. Na Constituição Federal de 46, incorpora-se a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. Partindo para uma gestão democrática, em 1988, com a CF, instaura no país um novo pacto social, a educação passa a ser um direito público subjetivo, ou seja, todos devem ter o acesso garantido e possuem agora um dispositivo legal para reivindicar tal direito.

Ao pontuar os direitos, cabe a discussão de como garantir esses direitos reconhecidos, visto que a sociedade é permeada por estruturas de classe, gênero, étnico/racial, e portanto, uma série de privilégios para aqueles que possuem uma renda mais elevada, geralmente, caracterizados brancos, em detrimento de grande parte de uma sociedade com baixa renda e negra. A busca por esses direitos deve estar principalmente dentro da escola, pois este é o lugar da construção do conhecimento e de observação da realidade social das crianças e adolescentes.

Delimitando o campo de pesquisa, a garantia do direito à educação para crianças e adolescentes em situação de rua, o desafio colocado à EMMP observado a partir do PPP elaborado para receber tal demanda. Mészáros (2008) coloca a educação como uma possível forma de saída para tal situação de precarização, e como a mudança educacional pode ter bons resultados para a sociedade.

“Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias aspirações emancipadoras” (MÉSZÁROS, 2008, pg. 59).

Pensando dessa forma, percebo a educação como possibilidade para a quebra do círculo da pobreza estabelecido em torno de crianças e adolescentes em situação de rua, porém a escola poderia estar devidamente preparada para lidar com essa vulnerabilidade.

No que tange às questões da infância, alguns autores discutem essa problemática e como as políticas e a construção histórica delimitou essa questão das crianças e adolescentes em situação de rua. Para pensar tal temática, Rizzini (2009)

que traz diversas abordagens de como a política social se apresenta para esse público de crianças e adolescentes.

Ainda como apoio no entendimento da situação, Marcilio (1998) traz a perspectiva histórica desse abandono das crianças, toda a construção e o desenvolvimento da prática do abandono pelas famílias e a atuação do Estado.

Freitas (2006) apresenta uma perspectiva de como as pessoas em situação de rua se percebem e as diferenciações entre esse recorte populacional, e explora o ambiente de forma antropológica, apontando características daquele ambiente para o entendimento do desenvolver da história. Dadas suas peculiaridades e a própria caracterização de quem tem na rua sua moradia ou somente trabalha na rua para prover sua subsistência, aponta que há diferenciações entre os próprios e ainda neste trabalho, consegue observar a forma como a escola é percebida: atribui-se à escola a imagem de antídoto para situação de vulnerabilidade e pobreza, de proteção contra sua própria vida, dadas as condições, e que as responsabilidades em relação às obrigações escolares pode ser relacionada à expectativa de um futuro melhor.

Segundo Cury (2002),

A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reservam apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. Por isso, declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem, ou esqueceram, que eles continuam a ser portadores de um direito importante. Disso resulta a necessária cobrança deste direito quando ele não é respeitado (CURY, 2002, pg.259).

Ao pesquisar a escolarização estando dentro da escola acrescenta ao investigador várias surpresas, pois quando há o conhecimento sobre a escola existem então, condições para discutir sobre ela, e a aproximação com a criança e com o jovem é um movimento relevante para a investigação até chegarmos a “estrutura da escola”, conhecer os mais diversos profissionais que fazem parte do processo educativo e os instrumentos que possui. É necessário então, consolidar os procedimentos que levem o pesquisador para dentro da escola, para ver e ouvir seus protagonistas, e só assim, entender aquela realidade tão específica, observando suas potencialidades e vulnerabilidades.

Projeto Político Pedagógico - PPP

A escola é formada por diferentes elementos para seu funcionamento, desde o professor até a definição do seu método pedagógico. O planejamento das atividades e da forma que estas serão executadas são partes da formação do projeto político pedagógico, onde todos se envolvem e constroem tal documento diante da sua prática, das suas possibilidades e das suas propostas para o futuro.

É um projeto, visto que está lançando para frente às possibilidades, colocando metas e fins a serem alcançados. É político devido a seu compromisso estabelecido com a formação do cidadão e com a sociedade, e é pedagógico, pois define as ações educativas a serem desenvolvidas em determinado período, como será possível sua execução dada às características e possibilidades daquela escola.

Pensando a temática do PPP, Veiga (2007) aponta como perceber a importância do PPP e sua organização:

O projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como a organização da escola como um todo e como a organização da sala de aula, incluindo a relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nessa caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico da escola na sua globalidade (VEIGA, 2007, p.14).

O PPP é um instrumento político e pedagógico, necessitando da participação de todos, pois este é uma construção coletiva que com o trabalho e a intervenção de todos, formará a identidade daquele ambiente escolar, com suas peculiaridades e fragilidades. Somente com a prática pedagógica é possível construir um instrumento sólido e específico baseado na vivência, na organização e na administração e gestão do ambiente escolar. Veiga (2007) aponta ainda princípios norteadores de uma escola democrática sendo: a igualdade, a qualidade, a gestão democrática, a liberdade, a valorização do magistério e a distinção entre fins e meios do processo educativo.

Na perspectiva de Veiga (2007), para a construção do PPP pode ser apontados sete elementos básicos para sua constituição:

Finalidades, onde há a observação das intenções e pretensões da escola para sua prática pedagógica baseada na realidade escolar, como viabiliza as possibilidades que surgem no ambiente escolar e como são compreendidas.

Estrutura Organizacional, que pode ser compreendida na sua composição dividida entre: administrativa e pedagógica. Administrativa no que se refere à locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, além de todos os elementos materiais, como a própria escola e os bens utilizados nas suas dependências, desde mobiliário, seus espaços livres, limpeza e saneamento; e pedagógica, referindo-se as

suas interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo (Veiga, 2007, pg. 24-25).

Currículo, que deve estar relacionado com o contexto social, expressando a cultura daquele alunado, onde sistematiza suas práticas pedagógicas, por meio do conteúdo, metodologia, recursos e avaliações.

O tempo escolar, quando se delimita o calendário escolar e como esse período será dividido e trabalhado, planejando as férias, reuniões, feriados, entre outros.

O *processo de decisão*, geralmente guiados por procedimentos formalizados, onde se apresentam as relações de poder e a hierarquização das posições, por meio de assembléias, reuniões, colegiados, etc.

As relações de trabalho onde se espera que sejam “calcadas em atitudes de solidariedade, reciprocidade e participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico”(Veiga, 2007, pg.31). Daí é possível observar as relações de poder e as conseqüentes disputas para seu controle.

E a *Avaliação*, onde a reflexão crítica sobre as atividades de forma democrática irá avaliar os resultados da organização do processo pedagógico. Deve ser dinâmica e nortear as novas práticas daqueles atores sociais que fazem parte do contexto escolar.

É necessário entender o PPP como uma reflexão das práticas cotidianas e ter nesse instrumento, um guia para suas ações, mas não como algo imutável, e sim, adaptando-o e sugerindo novas possibilidades para esse projeto que guia os processos pedagógicos.

“A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/ prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, 22). A escola é o local do desenvolvimento da consciência crítica sobre a realidade e com a valorização dos profissionais da educação, boas condições e remuneração, associada ao aperfeiçoamento profissional permanente são meios que viabilizam o processo de ensino-aprendizagem.

A organização do trabalho da escola depende de um PPP bem feito e bem planejado com todos os envolvidos nesse processo de ensino, sendo o principal instrumento de luta desses profissionais, pois este representa a identidade da escola, com sua caracterização e a participação universal dos atores sociais envolvidos faz-se necessária.

Segundo Veiga (2003) este PPP pode ser abordado sob duas perspectivas: uma ação regulatória ou técnica: onde há uma prática burocrática e descontextualizada,

visando somente o preenchimento de formulários; ou uma ação emancipatória ou edificante, onde a prática questionadora é privilegiada e a crítica faz parte do processo de construção desse projeto que é político e pedagógico.

A ação regulatória ou técnica assume um caráter regulador e normativo da ciência conservadora, com base numa observação descomprometida visando a eficácia do processo de construção do PPP, sendo que este não é fruto de uma construção coletiva. Torna-se então, um documento padronizado e uniforme, sem maiores preocupações com a diversidade de interesses dos atores sociais daquela escola, racionalizando um processo de construção conjunta e diminuindo-o a uma normativa e um instrumento de controle burocrático. A preocupação com a dimensão técnica torna-se o principal foco, assim a escola baseia sua formação por indicadores de desempenho e avaliação dos resultados obtidos com aquela estrutura posta. Com esse movimento a ação inovadora apresenta-se como uma “rearticulação do sistema”, visto que as mudanças propostas não trazem um novo PPP, mas mudanças temporárias e parciais naquele sistema instituído. Um processo de fora para dentro, visando alterar os interesses colocados, sem mudanças significativas na estrutura necessária para que o processo educativo aconteça de outras formas, de acordo com Veiga (2003).

Já a ação emancipatória ou edificante propõe uma ruptura, não somente uma invenção ou mudança, visto que este se torna um movimento a favor da democratização da escola, onde a argumentação e a comunicação são meios viabilizados pelo processo de construção coletivo. As possibilidades de alunos e professores interagirem durante o processo de construção do PPP é viabilizado, tornando-se um meio de mobilização do coletivo, onde a reflexão considera a diversidade de atores sociais participantes nesse conjunto mobilizado que é a escola. Esse movimento proporciona uma discussão sobre as estruturas de poder, as relações sociais e os valores ali colocados, visando uma maior coerência no processo educativo, e sem a separação de fins e meios, busca superar a fragmentação das ciências e das relações instituídas no ambiente escolar prezando pela inclusão de todos aqueles atuantes na escola no processo de ensino-aprendizagem, não só dos alunos, mais do coletivo.

O PPP deve ser de conhecimento público e fácil acesso para aqueles atuantes naquela ambiente escolar, visto que ele apresenta o norteamento das ações, e se arquivado, ficará restrito a uma projeção não seguida e todo seu trabalho de

construção coletiva ficará restrito ao mero preenchimento de dados e documentos requisitados por demais instâncias.

Para que esse processo coletivo aconteça, a gestão democrática das ações deve ser priorizada nessa construção, o que pode ser reforçado por Paro (2007):

Trata-se, portanto, de dotar a instituição escolar de uma estrutura administrativa ágil, que favoreça o bom desempenho do trabalho coletivo e cooperativo, calcada em princípios democráticos que fortaleçam a condição de sujeito (autor) de todos os envolvidos, mas que, ao mesmo tempo, (não alternativamente), procure preencher seus postos de trabalho com pessoas identificadas com esses princípios e empenhadas na realização de um ensino de qualidade. Em acréscimo, teremos a vantagem de que esse tipo de instituição acaba por atrair pessoas com expectativas mais democráticas, mais exigentes na realização de objetivos do ensino e mais comprometidas com esse tipo de instituição (PARO, 2007,109).

De acordo com Mendonça (2000) a gestão democrática faz parte de uma cadeia mais ampla de processos, procedimentos, instrumentos e mecanismos de ação que envolve, também a política educacional e o planejamento educacional.

Sobre essa estrutura, aponta-se que por meio da gestão colegiada, viabilizada por Associação de Pais e Mestres, Conselhos Escolares e Colegiados Escolares, na perspectiva de Lück e Parente (2000), das 26 unidades federadas informantes, com exceção de Rondônia que não participou da pesquisa⁷, 11 dispõem de mais de uma estrutura de gestão colegiada implantada e em funcionamento. Movimento este que possibilita o maior envolvimento da comunidade e abertura para a participação daqueles que estão envolvidos no processo educativo direta ou indiretamente, assumindo assim, um compromisso com a formação cidadão pelo meio mais difundido e de diretos de todos, a escola.

A peculiaridade da EMMP, ao ter um público específico, deveria ser condição primeira para a escolha dos profissionais previamente selecionados, visto que há uma necessidade específica desse público, e sem a empatia com tal causa, tal processo ficaria fragilizado.

A importância de um tratamento afetivo e de respeito ao alunado, assim como qualquer outro, e a delicadeza da situação, visto essa vulnerabilidade social e pessoal, é primordial para o ensino o êxito nesse processo educativo.

O respeito e ao afeto devem ser instrumentos dessa prática educativa,

respeito não apenas a sua condição de crianças, mas também a seu direito de apropriar-se da cultura e de manifestar-se sem

⁷ Pesquisa que resultou no artigo: Mapeamento de Estruturas de Gestão Colegiada em Escolas dos Sistemas Estaduais de Ensino. Fonte: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1102/1002>

constrangimentos deletérios, seu pensamento e sua emoção. O afeto supõe empatia e compromisso do educador com o educando, com a preocupação de reforçar a condição de sujeito deste, estabelecendo uma relação humana que não seja fria e exterior, ocupada apenas em oferecer conhecimentos para serem apreendidos, mas sim calorosa e cúmplice da própria formação da personalidade do educando (PARO, 2007, 52).

É possível iniciar então, a construção do pensamento, visto a importância do processo pedagógico e do seu guia de ações, o projeto político pedagógico, e como este deve estar vinculado à realidade daquele local que a escola está inserida, respeitando particularidades e relações sociais ali estabelecidas. Observando sempre a vivência na escola, pois o PPP não é um documento isolado, mas sim um instrumento de constante aperfeiçoamento.

A relação dessas grandes áreas do conhecimento e o aprofundamento das questões propostas dá base para iniciar a pesquisa, entendendo um pouco mais as construções teóricas sobre o tema e assim, observar a realidade, elaborar considerações, responder questionamentos e indagações que são postas sobre esse campo.

Com o PPP, busca-se uma unidade, pois todas as escolas devem produzir tal documento, mas nunca uma uniformidade, pois este é um instrumento no qual a escola e seus planos e projetos são abordados e clarificados.

Apresentação da EMMP

Em 1991 em Brasília, o Projeto de escolarização para crianças, adolescentes e jovens adultos foi iniciado no Espaço Físico Ação Social do planalto, localizado na 615 Sul, Asa Sul, funcionando somente de março à dezembro desse mesmo ano. No ano seguinte, no mês de janeiro, esse projeto passou a ser desenvolvido na unidade do “Gran Circo Lar”, pela ação conjunta da Secretaria de Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária e de Segurança Pública, onde desde então, a Secretaria de educação assume a Coordenação Pedagógica do projeto e a escolarização das crianças e adolescentes que ali integravam. Havia nesse processo o desenvolvimento de muitos talentos, mas faltava a formação acadêmica necessária para o mundo do trabalho, a educação formal. O desejo de que aquele projeto se expandisse surgiu dos próprios alunos, que sentiram a necessidade de que aquele espaço fosse além do momento lúdico e tivesse a importância que a instituição escolar possui.

No início do ano letivo de 1995, a unidade “Gran Circo Lar” foi fechada, surgindo assim a necessidade de encontrar outro espaço para que aquele projeto de escolarização fosse desenvolvido.

Constatou-se que o Parque Recreativo Dona Sarah Kubistchek, o vulgo Parque da Cidade, seria o local ideal para sua instalação. Foi feito então um acordo com a Administração de Brasília, que, entrando em contato com o Administrador do Parque da Cidade, ofereceu um prédio antigo desativado, que com o patrocínio do Shopping Conjunto Nacional, projetou e financiou as obras para que ali, futuramente, fosse instalado o Projeto de Escolarização dos Meninos e Meninas de Rua.

No dia 18 de abril de 1995, foi inaugurada então a Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP, no estacionamento 6, que desde então, está vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, e o espaço é cedido por meio de convênio com a Administração de Brasília.⁸

Segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2009) a EMMP tem a finalidade de oferecer ensino público gratuito e de qualidade, atendendo às especificidades dos adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade pessoal e social, que se encontram nas

⁸ Informação retirada da Proposta Pedagógica da Escola de Meninos e Meninas do Parque: Instituição Educacional de Atendimento Sócio-Educativo da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília, 2011.

ruas, e tem como objetivo geral a reinserção social do aluno por meio da construção e/ou reconstrução do conhecimento, proporcionando sua formação integral.

A escola apresenta sua missão reforçando seu papel de promover a educação formal das crianças, adolescentes e jovens adultos em situação de risco social e pessoal, fundamentando-a com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (CF, 1988).

A perspectiva da educação como um meio de salvação ou melhora de condição de vida é recorrente nas produções científicas, como foram localizadas na pesquisa do TEDIS: Construindo uma Tipologia da Relação entre a Pobreza e a Educação Formal na Literatura Científica Recente (1999-2009): questões de gênero, raça e classe social, onde das 69 produções localizadas, 29 tratavam a educação como: método para romper o círculo da pobreza (inclusão social); a Escola como antídoto aos males a que estariam expostas crianças e jovens pobres (“salvação”); e a Escolaridade como condição da mudança na situação de pobreza (mobilidade social).

Podendo então analisar, que a educação ainda é vista como meio de transformação social, mas é importante levar em conta todo o contexto social estabelecido para essa consideração. Os circuitos e trajetórias estabelecidos pelos alunos dificilmente serão os mesmos, pois as condições e o aprendizado de cada aluno é uma realidade individual, visto que cada aluno recebe de uma forma as influências do ambiente educacional e a sua própria construção pessoal proporciona que as informações recebidas sejam absorvidas de formas diferenciadas.

Organização curricular

A escola é composta por um número variável de alunos e difícil estabelecimento de quantitativo, em decorrência da grande evasão e inconstância de vários alunos, sendo o número de alunos efetivamente matriculados baixo. Para os quais a escolarização é dada por meio da Educação do Jovens e Adultos – EJA, pois grande parte dos alunos não está na série que corresponderia a sua idade escolar recomendada, logo há uma flexibilização de tempo e procedimentos para esse processo de escolarização em específico, dada suas peculiaridades. Assim como prevê a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, onde no artigo 37, assegura:

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Estes alunos estão organizados por etapas e séries cujo critério é seu nível de escolarização e inserção no mundo da escola, e a jornada ampliada, encontra-se em fase de experimentação.

Aos alunos menores de 15 anos é oferecido o Ensino Fundamental Regular, onde são inseridos nas séries iniciais, correspondentes as fases do 1º ao 5º ano, correspondente ao turno vespertino. A partir dos 15 anos, eles encontram-se divididos: no 1º segmento estão inseridos alunos da 1ª a 4ª etapa e no 2º segmento estão inseridos da 5ª a 8ª etapa, correspondente ao turno matutino.

Ao chegar à EMMP, os alunos são inseridos na Turma de Iniciantes (Turma Beija-flor), onde será feito o acolhimento, pois geralmente há muito tempo sem contato com o ambiente escolar e esse momento visa sua reinserção escolar. Esse ambiente de acolhida é feito visando perceber o nível de conhecimento do aluno no ambiente escolar, seu interesse, para então, desenvolver atividades pedagógicas voltadas a atender as especificidades desse grupo, visando encaminhá-lo para série correspondente e a apresentação das normas da EMMP.

Há ainda o Período Provisório, onde o aluno é encaminhado para série correspondente a sua necessidade escolar e passa a ter registros escolares enquanto espera pela sua documentação, observando desde então, a possibilidade de reinserção na família ou o encaminhamento para um abrigo. E a “Circulação de estudos”, termo expresso no PPP, onde o aluno levará consigo sua documentação escolar, apontando qual ano ele será inserido nas escolas regulares, permitindo assim, a continuidade do seu processo de escolarização, caso ele volte a integrar a rede de ensino regular.

Aponta ainda, que um dos sistemas de Avaliação está em fase de mudança, pois estão em fase de experimentação de uma nova norma: Não haverá mais a suspensão, onde o aluno ficaria determinado tempo sem ir à escola. Agora está sendo implantada a “suspensão pedagógica”, uma medida que o aluno cumpre na própria escola, onde ele terá que desenvolver um trabalho individualmente, podendo ser uma música, poesia, ou outra expressão artística e apresentá-la para toda escola.

As adaptações e necessidades de qualquer escola partem da realidade vivenciada para então, com os meios disponibilizados, viabilizar uma prática

pedagógica eficiente e eficaz para o alunado, possibilitando uma melhor aprendizagem e meios facilitadores, para que esta aconteça da melhor forma.

Recursos disponibilizados

A estrutura física da escola compõe-se por:

- 01 Sala para direção
- 01 Secretaria
- 01 Sala dos professores
- 01 Sala Núcleo de Integração
- 01 Sala do SOE
- 08 Salas de Aula
- 01 Sala de Artes
- 01 Sala de Laboratório de Informática
- 01 Sala para Educação Física
- 01 Biblioteca (pequena sala)
- 01 Cozinha (com refeitório e 01 banheiro)
- 02 Depósitos
- 02 Banheiros (masculino e feminino uso dos discentes)
- 01 Pátio coberto

O prédio escolar encontra-se em boas condições, visto que no ano de 2010, passou por uma manutenção parcial nas dependências em que os alunos são recebidos, como as salas de aula e os banheiros, o que proporciona que um bom trabalho seja executado. Porém, a parte administrativa também demanda tal atenção, para que os profissionais que ali estão, tenham melhores condições no seu ambiente de trabalho.

Já os recursos didáticos, são relatados estes:

- 02 Televisores
- 02 DVD
- 01 Videocassete
- 01 Filmadora
- 01 Máquina Fotográfica Digital
- 01 Microfone
- 02 Quadros Branco
- 02 Rádios Toca CD

10 Computadores
03 impressoras (defeituosas)

Corpo Docente

O quadro de profissionais envolvidos no processo educativo da EMMP é composto por 31 atores educacionais.

Sendo eles distribuídos nas mais diversas áreas: 12 professores; 5 profissionais compõe a direção escolar; 1 coordenadora pedagógica; 1 orientadora pedagógica, 6 profissionais de serviços auxiliares; 1 profissional na biblioteca e 3 terceirizados para serviço de conservação e limpeza.

“O ‘certo’ de uma cultura evoluída torna-se ‘verdadeiro’ nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica, não existe unidade entre escola e vida, e por isso, não existe unidade entre instrução e educação” (GRAMSCI, 2001).”

A figura que atua mais diretamente com o alunado é o professor, personagem consciente dos contrastes entre sociedade e cultura que ele representa e que os alunos representam, sendo ele o responsável por fazer a ligação entre o mundo real e o que os alunos aprendem, para que a prática educativa não seja desvinculada da realidade em que os alunos vivem, instigando nestes, o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca da realidade de vulnerabilidade que eles vivem e visando possibilidades de mudança.

O Núcleo de Integração - NI, composto por 2 profissionais, é o responsável pela recepção dos alunos, investiga se há alguma pendência judicial, busca a reinserção familiar e observa as necessidades daquele aluno, como uma possível dificuldade de aprendizagem ou mesmo uma consulta médica. Encaminha também, aqueles jovens que se destaquem para os projetos parceiros, onde consegue-se estágio e oportunidades no mercado de trabalho. Dentre eles uma professora com formação em Serviço Social, que atua nesse encaminhamento para os serviços necessários em outras instituições e atua nesse primeiro contato.

Há uma demanda de um profissional da área da psicologia, que já foi parte do quadro de profissionais na escola, mas por determinados motivos, teve que sair do grupo de atuação da escola. Seu trabalho é extremamente importante no que diz respeito ao acolhimento e no acompanhamento dessas crianças, adolescentes e jovens adultos em processos de formação, dada sua realidade de risco social e pessoal.

Aprofundando no Caso

Observações de Campo

Durante o decorrer dessa pesquisa foram realizadas cerca de 10 visitas à EMMP, visando à observação de como aquela escola funciona e como as atividades são desenvolvidas. A escola sempre muito limpa e conservada recebe os primeiros alunos logo no turno matutino, onde então assistem a suas respectivas aulas. O turno da manhã é para os alunos do EJA e o turno da tarde, para os alunos do ensino fundamental regular.

Os momentos de maior aproveitamento, no que se refere à participação de todos são as Assembléias, dedicadas à conversas e discussões das atividades da semana, o comportamento dos alunos e informes necessários.

Durante a 1ª Assembléia do ano de 2011, a Supervisora Pedagógica, juntamente com as demais professoras, apresentaram as normas da EMMP para que um bom trabalho pudesse ser desenvolvido no ano que se iniciava. Sempre muito participativos, os alunos interferiam na fala daqueles que guiavam a Assembléia, sempre discutindo cada ponto e questionando sua validade.

Um ponto curioso levantado foi quanto à permissão para ouvir música dentro da sala de aula, durante a fase de repostas às atividades propostas. Com opiniões divididas, alunos e professores iniciaram então um processo democrático de discussão dos pontos positivos e negativos do seu uso, e por meio da votação, a maioria dos professores não autorizou a utilização desse meio, exceto quando envolvesse alguma atividade proposta pelo próprio professor. Os alunos também divididos, argumentaram calorosamente com posicionamentos à favor e contra a questão da música em sala, mas como não houve consenso, decidiram por discutir entre eles e depois levariam à decisão do conjunto de alunos aos professores.

Nesse movimento é possível observar como os alunos mostram-se envolvidos com o ambiente escolar e com bons argumentos, explicitam seus posicionamentos. O ato de ouvir e empoderar aqueles alunos com o poder da fala escutada, mostra-se um eficiente método pedagógico, pois além de gerar discussões, estimula o alunado à se expressar e buscar argumentos lógicos nas suas intervenções de defesa de idéias, podendo levar tal prática para sua vida, entendendo-se como um sujeito em desenvolvimento, portador de direitos que devem ser buscados.

Outro ponto de questionamento constante é o uso do uniforme e a sua preservação. Os alunos argumentam que não gostam de usar ou até mesmo acham desnecessário, justificando que por algumas vezes ele está sujo. Porém, professores e coordenação/direção trazem a importância daquele uniforme, reforçando sempre a questão do pertencimento àquele ambiente e a necessidade dos próprios alunos terem o cuidado com aquele material, que é de uso comum dos mesmos e necessitando do cuidado de quem o utiliza. Ressaltam também a importância do cuidado com o próprio corpo, visto que essas crianças, adolescentes e jovens adultos não estão inseridas num contexto familiar para lhes orientar sobre tal, apontando sempre a importância de tomar banho, manter o uniforme limpo, enfim, valorizar-se e preservar-se.

Alunos considerados com ótimo desempenho escolar são apontados e elogiados pelo seu processo educativo de destaque, reforçando-lhes positivamente tal desempenho e sucesso nas atividades, sendo tomado como aluno-exemplo daquela semana e assim, passa a ser um provável candidato à processos seletivos de estágio ou outra atividade no mercado formal de trabalho, geralmente oferecidas para os educandos da EMMP.

Já os alunos apontados com alguma dificuldade, tanto de sala de aula, quanto no convívio social, são pontuados nesse processo e posteriormente, questionados se há alguma dificuldade ou problema que possa estar atrapalhando-o nos estudos e como poderão, conjuntamente, escola e aluno, ajudá-lo nesse entrave.

Os educandos dessa escola são integrantes do Projeto Giração⁹, onde tem neste espaço, a sua referência de casa. Se durante o período da manhã estão na escola, no contra-turno estarão no projeto, onde atividades são desenvolvidas e eles tem a liberdade de ir e vir, tanto para trabalhar, quanto para o uso de drogas, ambos graves problemas sociais que afetam diretamente a população de rua do DF e de tantas outras cidades, que sofrem a consequência dessas mazelas sociais. A figura que eles carinhosamente possuem de mãe, é a “Tia Eli”, responsável por levar o Projeto, que os recebe com atenção e a exigência de uma figura materna. Em determinada Assembléia, “Tia Eli” foi presença mais esperada, e que de certa forma,

⁹ O projeto Giração tem como objetivo organizar e capacitar adolescentes e jovens que trabalham ou vivem em logradouros do Plano Piloto, em Brasília. São desenvolvidas, dentro do projeto, atividades de geração de renda, via cooperativismo, para o público de 16 a 24 anos. Além disso, existe um trabalho específico junto a crianças e adolescentes que vivem ou estão em situação de trabalho infantil, e/ou vulnerabilidade social na Rodoviária do Plano Piloto, e integram a população de rua da capital federal. O projeto é desenvolvido em parceria com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal (MNMMR-DF), Petrobras e Governo do Distrito Federal. Fonte: www.cecria.org.br

conduziu aquela reunião. Em tom de bronca, como toda ‘mãe’, ela expôs sua crítica aos alunos, ao saber pela coordenação/direção da EMMP, do desinteresse e desestímulo dos alunos. Ressaltou a importância daquela educação formal que eles estavam tendo o privilégio de receber na EMMP, apontando sempre a escola como uma solução para situação de rua e de risco social e pessoal que todos ali vivem. Em seu discurso, lembrava também do quanto é necessário a valorização dos profissionais que trabalham na EMMP, visto que este é um desafio constante, pois para a sociedade, elas estavam educando e defendendo “futuros bandidos”. O estigma que estes alunos possuem é muito sério e agravado, visto que a situação de rua tornou-se naturalizada e está associada diretamente com o mundo do crime.

Análise documental

Ao analisar com profundidade o PPP da EMMP, sempre com o olhar crítico e questionador, é possível observar que a noção do “diferente, diferenciado, diferencial” está presente em todos os elementos componentes do PPP, desde sua missão até os objetivos e demais partes.

A escola classifica sua clientela¹⁰ como: crianças, adolescentes, jovens adultos em situação de vulnerabilidade pessoal e social, em situação de rua e oriundos de abrigos.¹¹

Na sua “Função social” parte estruturante do PPP, apresenta-se como uma escola claramente voltada à necessidade do público da escola, observando sua condição de vida e estimulando esse alunado a se perceberem como sujeitos em desenvolvimento, e que como todo cidadão, são portadores de direitos e deveres no convívio em sociedade.

Observando a auto-análise que é feita durante o seu “diagnóstico”, a EMMP esclarece como o trabalho realizado pode ser apresentado diferente e preocupado com a não reprodução da condição desses alunos, e visando diminuir a evasão escolar.

Os meios para a boa execução do trabalho estão pontuados no quesito “forças”, em seu PPP, e entre eles estão o quadro de profissionais e educadores envolvidos, o comprometimentos destes, a jornada ampliada que direciona ações pedagógicas

¹⁰ Clientela, nesse trabalho, deverá ser lida no sentido de usuários.

¹¹ Ver Proposta Pedagógica da Escola de Meninos e Meninas do Parque: Instituição Educacional de Atendimento Sócio-Educativo da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília, 2011

especificamente a cada faixa etária, o espaço físico disponibilizado, assim como o transporte e o abrigo para esses alunos.

No caminho oposto, a escola também possui “fraquezas”, onde são apontadas as dificuldades para execução do trabalho, como a dissonância entre as orientações administrativas vindas da SEEDF com as ações pedagógicas da escola, talvez por ser a única escola do DF voltada para esse público, a SEEDF não corresponda à expectativa da escola quanto a um possível retorno ou flexibilidade nas ações, dando assim, pouca visibilidade às realizações da escola. Essas dissonâncias que dificultam o processo educativo, também reforçam a idéia de burocratização das ações pedagógicas, proposta por Veiga, onde traz que

os processos inovadores continuam a orientar-se por preocupações de padronização, de uniformidade, de controle burocrático, de planejamento centralizado. Se a inovação é instituída, há fortes riscos de que seja absorvida pelas lógicas preexistentes, pelos quadros de referência reguladores (VEIGA, 2007, 269).

As inconstantes parcerias também são outro problema da EMMP, visto que a Associação dos Amigos da Escola dos meninos e meninas do Parque - AMA-ME¹², apresenta-se como fonte principal de viabilizar os recursos, visto que consta em seu artigo 3º que ela poderá:

III- Captar recursos financeiros, doações, contribuições de qualquer natureza e firmar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, visando subsidiar programas e projetos sociais, educativos e culturais.

Nota-se a dificuldade da continuidade nos processos educativos no que diz respeito às atividades culturais, visto que as parcerias encontram-se fragilizadas, o que dificultaria o próprio envolvimento do alunado.

E os problemas mais graves e presentes na vida desses alunos são o uso de drogas, somado a desestruturação familiar, abandono, violência e, conseqüentemente, a evasão escolar.

Essas inconstâncias são fatores que agravam a dificuldade e impedem que uma prática educativa de sucesso ocorra. A droga, com danos físicos e mentais, é um fator que faz parte da vida de grande parte desses alunos, e deve ser levada em consideração para os processos de aprendizagem e as dificuldades que se apresentam ao educador nesse momento da drogadição.

Abordando o quesito “objetivo geral” em seu PPP, a escola pontua a vulnerabilidade como um importante fator a ser levado em consideração no processo

¹² Associação dos Amigos da Escola dos meninos e meninas do Parque - AMA-ME, sob a forma de sociedade civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, de interesse público, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens adultos em situação de risco pessoal e social do DF e entorno.

educativo, respeitando a sua história e levando-a em consideração para que o processo de aprendizagem ocorra visando sua reintegração social e pessoal.

Especificamente, a EMMP busca reforçar o exercício da cidadania, por meio da garantia dos direitos básicos violados durante a vida dessas crianças, adolescentes e jovens adultos, como o direito ao atendimento de saúde necessário, direito à educação, a atenção ao sujeito em desenvolvimento, buscar os laços familiares rompidos, proporcionar o acesso à cultura, ao lazer com vistas ao desenvolvimento pessoal e social e a inserção no mercado de trabalho, sempre respeitando a condição colocada no ECA.

Em seu sistema avaliativo, mostra-se diferenciado, segundo o PPP, por ter criado um sistema próprio, o “Contrato de estudo”, onde são anotadas as atividades que os alunos participam, registrando seu início e seu término, contabilizando as horas despendidas naquela atividade, além de um sistema avaliativo de cores, onde de acordo com o projeto da escola, sua proposta é trabalhar com o reforço positivo e trabalhando com as cores do semáforo, associando as cores vermelho, amarelo e verde com seu desempenho no processo educativo. Verde: quando o aluno cumpre as atividades e normas ao longo do mês; amarelo: para o caso de alunos que transgrediram algumas regras, e receberá advertência oral, e se for mais de uma ocorrência “amarela” no mês, será advertência oral e escrita; vermelho: para aquele aluno que chega ao ponto de agredir física ou verbalmente colegas ou profissionais na escola, onde será aplicada a medida de suspensão, repensada para ser trabalhada dentro da escola, para que o aluno não se afaste desse ambiente, mas possa refletir sobre sua atitude. Ainda nesse sistema, há o “aluno estrela”, que teve um desempenho “verde” durante todo o mês, sem ocorrências e contribuindo com o desenvolvimento das atividades.

De toda forma, antes de qualquer avaliação e julgamento de saberes, é necessário aos profissionais atuantes não somente na EMMP, mas em toda escola, ter a consciência crítica e “saber que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, de acordo com Freire (1996,47). E ainda, com base em Freire (1992), o respeito está em mostrar ao alunado suas escolhas enquanto profissional e defendê-las, e também, mostrar as possibilidades de opção, não importando quais serão, fazendo essa ponte do saber aprendido com a realidade, e dando a autonomia e o poder da escolha para o aluno.

Tal método apresenta-se como uma forma diferenciada de avaliação, mas guiada sempre pelos mesmos moldes de outra escola (advertência, suspensão) se adaptando especificamente ao entendimento da clientela, para fazê-los visualizar o processo avaliativo, visto que o controle e avaliação dos alunos é um fator que compõe a dita escola tradicional e é necessário para fins burocráticos.

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola (FREIRE, 1996, 64).

Com diferentes formas de apresentação e utilização dos meios avaliativos e punitivos, a escola demonstra o entendimento de que a forma tradicional de transmissão de regras e meios para punir seria inviável, tendo em vista o desconhecimento, por parte dos alunos, dos meios tradicionais da uma escola tida “normal”, logo, utilizam-se de referências cotidianas, como o semáforo e suas cores, para então, apontar o desempenho do alunado.

Além das questões que apontam diretamente ao PPP, nota-se que a participação de uma profissional é notoriamente necessária para o bom encaminhamento das demandas da escola, que é a professora com formação em Serviço Social, atuante no NI, que com seus conhecimentos dessa área profissional, atua de forma a provocar a rede de instituições e direcionar desejos e interesses recorrentes dessas crianças, adolescentes e jovens adultos.

Na atuação do Serviço Social, na perspectiva de Abreu (2008), é possível pensar possibilidades reais de redimensionamento da função pedagógica da prática profissional do assistente social num sentido emancipatório, construindo estratégias para a efetivação dos direitos, incorporando a necessidade dos usuários à dinâmica dos serviços colocados, envolvendo todos no processo de gestão e problematização das relações.

Evidencia-se então, a concreta necessidade de um Assistente Social nas escolas, não somente em instituições com a clientela da EMMP, pois nos mais diversos espaços, a possibilidade da demanda para esse profissional é constante e real. A formação complementar dessa professora da EMMP auxilia nas necessidades imediatas da escola, porém, uma profissional inserida no contexto escolar, atuante como assistente social, teria a função exclusiva de desempenhar seu papel como tal, e

com a articulação e as possibilidades que esta profissão coloca, a viabilidade de sua prática seria possibilitada. A busca pela legitimação dessa possibilidade encontra-se em tramitação, inicialmente Projeto de Lei - PL 3688/2000, que após ser aprovado na Câmara foi transformado em PL C060/2007, no Senado e dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica. O Projeto de Emenda Constitucional - PEC 13/2007, que propõe a garantia aos alunos de ensino fundamental e médio atendimento por equipe formada por psicólogos e assistentes sociais e acrescenta inciso ao art. 208 da Constituição Federal de 1988. E o PL 6478/2009, que dispõe sobre a introdução do cargo de assistente social nos quadros funcionais das escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país. Sendo que, todos esses PLs passaram a tramitar juntos por tratarem da mesma matéria.¹³

Nota-se uma evidente articulação da categoria para a legitimação de mais esse direito e a inserção do profissional da assistência social em mais um campo de atuação. Deve-se iniciar então, um debate com os demais profissionais atuantes desse novo espaço e problematizar a real necessidade dessa atuação e assim, esclarecer os possíveis entraves que surgirão nessa nova área profissional, necessária e aguardada pela categoria dos assistentes sociais.

Entrevistas

O processo de entrevistas aconteceu nos meses de Maio e Junho de 2011, quando os sete participantes atuantes na EMMP foram convidados a responder, individualmente, ao roteiro de entrevista semi-estruturado com as 24 perguntas sobre o PPP e sobre a participação dos envolvidos na escola. Essas perguntas foram conforme o interlocutor, em 2 níveis: vocabulário e sofisticação do discurso e o tipo de conteúdo indagado, pois a partir da análise documental anterior, surgiram interrogações a serem respondidas por diferentes membros da escola. O envolvimento nesse processo de busca de informações sobre a EMMP foi de livre e espontânea participação, sem qualquer bonificação ou crédito pela sua contribuição. Os entrevistados assinaram um TCLE, onde constava que sua participação era voluntária e livre de qualquer comprometimento, visto que os dados serão mantidos em sigilo e

¹³ Acompanhamento dos Projetos de Lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado – CFESS. Fonte: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Acompanhamento-PLS-abril.pdf>

será assegurada então, sua confidencialidade, assegurando sua privacidade, para livre expressão de seu pensamento.

Dada essa realidade, dois participantes recusaram-se a responder qualquer pergunta ou mesmo iniciar uma conversa sobre o trabalho que seria feito.

Além da possibilidade de autonomia de escolher sobre a participação ou não em qualquer intervenção ou acontecimento ao seu alcance, é possível pensar nas relações de poder instauradas nas instituições, não somente no ambiente escolar, onde estas são permeadas pela hierarquia organizacional, dada a distribuição da “importância” de cada indivíduo naquela estrutura, nas quais a participação de todos os envolvidos nem sempre é possível. Pode-se pensar em coação, sentimento de intimidação por partes desses integrantes, por não se sentirem capacitados para tal fala ou participação além das funções que o seu exercício profissional lhe demanda. É possível ainda que essas pessoas simplesmente não queiram participar. De toda forma, o real motivo para a não-participação nessa intervenção, especificamente, é desconhecida, porém, essa posição é respeitada, dada a autonomia dos sujeitos.

As entrevistas foram gravadas e as respostas do roteiro para posterior análise eram preenchidas pela própria pesquisadora, visando à dinâmica e andamento da pesquisa.

A escola, segundo o PPP dispõe de 31 profissionais ao total que participam diretamente naquele ambiente, distribuídos entre todos os cargos que permitem o funcionamento de uma escola, desde a direção até os profissionais da limpeza. Foram escolhidos 7 profissionais atuantes na EMMP, excetuando os profissionais do corpo administrativo pedagógico (coordenação / direção) , visando entrevistar somente os executores do PPP, e não os seus formuladores. Dado que os responsáveis pela escola devem elaborar e enviar o documento no prazo estabelecido pela SEEDF e estes são os principais envolvidos nesse processo, logo entenderiam e explicariam qualquer indagação sobre o PPP. Buscando perceber como a comunidade escolar entendia e participava dessa construção seria aconselhável buscar os demais envolvidos no processo pedagógico, como professores, bibliotecária, merendeira e demais cargos.

O ambiente para a realização das entrevistas, na maioria dos casos, sempre muito agitados devido à própria dinâmica da escola, de certa forma, dificultou a realização dessa etapa do trabalho, no que tange a concentração do entrevistado e o foco naquele momento de questionamento. Uma escola onde os alunos e profissionais compartilham praticamente todos os espaços, é difícil contar com um local silencioso e

isento das influências externas para que a entrevista aconteça da maneira mais apropriada possível.

Foram então realizadas as 5 entrevistas, todas com profissionais com 5 anos de atuação ou mais naquela instituição de ensino, garantindo assim, seu considerável conhecimento sobre a escola e a realização das atividades e processos ali propostos.

Pensando em grandes campos de conhecimento, proponho uma divisão por áreas temáticas para o melhor esclarecimento dos dados obtidos durante o processo de entrevista, são eles: conhecimento, participação, gestão e críticas/sugestões.

Quanto ao quesito conhecimento, é possível pensar que a maioria dos entrevistados tem a ciência do que se trata o PPP, possuem o devido acesso a sua elaboração e a divulgação para comunidade, visto que a comunidade envolvida especificamente nesta escola é composta basicamente pelo Projeto Giração e pelas parcerias que possuem, entre eles a AMA-ME. Quando se questiona se o PPP menciona a situação de rua dessas crianças, adolescentes e jovens adultos, relevante porcentagem acredita que esse projeto deva conter tais informações, dado o atendimento direcionado para determinada clientela.

A preparação desses profissionais para lidar com essa situação de vulnerabilidade é atribuída a esforço pessoal, visto que não há uma capacitação ou algo semelhante, ficando por interesse individual daquele profissional, a busca por maiores informações daquela situação. A formação universitária aparece como um ponto positivo no que diz respeito ao conhecimento da vulnerabilidade, mas de forma pontual. A necessidade está colocada, visto que seria interessante para esses profissionais, palestras, cursos ou outras informações sobre as problemáticas sociais que envolvem esses alunos, como a questão da droga, tão parte da realidade desse alunado.

A participação no processo de elaboração do PPP é considerável, percebido o nível de interesse de cada entrevistado, alguns se mostraram interessados nesse momento da escola, outros apontaram ainda que o PPP em sua totalidade está pronto, e somente é alterado segundo as necessidades de acréscimo de informações sobre sua prática pedagógica. Diversos entrevistados relataram acreditar ser necessária sua contribuição para esse projeto, apontando que esse é um acontecimento para a escola e deve envolver o conjunto de profissionais, pois o contato com as crianças, adolescentes e jovens adultos acontece com todos os participantes daquele ambiente escolar, visto que há um trabalho integrado, desenvolvido por toda a equipe, de

constantes adaptações, atualizações e mudanças; porém, não mudariam nenhuma informação naquele momento.

Quanto ao ponto da gestão, o PPP é um documento que está sendo adaptado à prática e a prática está sendo permeada por suas orientações, portanto, não há uma estrutura rígida e fechada previamente elaborada para sua constituição, há uma orientação mínima, requisitada pela SEEDF, que todas as escolas da rede pública devem preencher, na qual o planejamento da escola deve ser exposto e detalhado de acordo com as atividades pedagógicas desenvolvidas.

A atuação do governo é considerada especificamente no ponto em que fornece uma estrutura escolar mesmo com o baixo quantitativo de alunos que possuem sua matrícula efetivada, visto o alto índice de evasão escolar. O apoio considerado relevante e referência para a escola são as parcerias firmadas, com ONG's e até mesmo embaixadas de outros países.

A continuidade dos estudos desses alunos pode ser tida como um ponto vulnerável a ser objeto de atenção da escola, visto que essa instituição tem que competir com o mundo das drogas, que se apresenta cada vez mais próximo e atrativo para esse público exposto às ruas. As conclusões são mínimas, visto que esse processo é quebrado, pois alguns alunos permanecem algum tempo sem aparecer na escola, a sazonalidade e a alta rotatividade, considerado por vários entrevistados, fatores que dificultaria o andamento nos estudos. O destaque desse aluno é percebido quando ele continua nos estudos e posteriormente, consegue ingressar no mercado de trabalho, iniciando sua vida pessoal para melhores condições, ou seja, saindo da rua, sempre por mérito e esforço individual, logo, também são casos pontuais. A realidade desse público não é favorável para que ocorra um processo educativo em etapas a serem construídas, pois ao evadir, o processo de construção do conhecimento é quebrado, logo, há a necessidade de voltar aos primeiros ensinamentos e retomar a prática educativa. Isso é possível quando há o retorno desses estudantes, pois também faz parte dessa realidade, a morte.

É possível perceber que a EMMP constitui vínculos com seus alunos, visto que por intermédio da escola, eles iniciam sua constituição de sujeito de direitos, acessando as demais instituições, como assistência médica-odontológica e a observação de pendências judiciais, encaminhados pelos profissionais atuantes naquele ambiente, dentre eles, uma assistente social.

Quanto ao acréscimo de informações no PPP, a maioria dos entrevistados não se manifestou, alguns por não terem tido acesso ou lido, e as sugestões foram de

ampliar a busca por essas crianças, adolescentes e jovens adultos diretamente onde elas estão, em locais como a Rodoviária de Brasília, gramados próximos e nos ditos “mocós”, trabalho este que já está sendo desenvolvido por um grupo de professores que se propuseram a buscar esses alunos, dispondo de uma equipe, que se desloca da escola até esses locais onde possíveis alunos e futuros estudantes encontram-se. Outra sugestão é o melhor direcionamento do público alvo da escola, pesando como prioridade para esse atendimento, alunos de até 12 anos, pensando nessa faixa etária como uma fase de “resgate”, com possibilidades reais de mudança e inserção social, e que outro trabalho fosse desenvolvido com adolescentes e jovens adultos, visto que nessa fase há uma melhor distinção da realidade e que assim, a escola teria um maior índice de aproveitamento.

Quanto às interferências externas a escola, não há nada expresso no âmbito subjetivo ou que seja externo àquela instituição, somente as limitações que a própria prática escolar apresenta, assim como grande parte das escolas da rede pública de ensino do DF. Tal fato pode ser exemplificado pela má distribuição da carga entre os profissionais, a estrutura disponibilizada fragilizada, e o repasse deficitário de verbas para sua manutenção, o que pode ser explicitado pelo fato da escola não conseguir imprimir nada que se apresente necessário visto à falta de tonner para sua impressora, dependendo dos profissionais por meio de doação a sua compra.

No âmbito das críticas e sugestões acerca do trabalho desenvolvido há uma relevante fala no quesito de uma possível mudança na escola: a incorporação de novos profissionais, como dentistas e psicólogos, a conclusão das reformas no espaço físico da escola, a melhora na relação entre o abrigo e a escola, para atuarem com posturas semelhantes, visto que essas duas instituições são as referências para os estudantes, e outras opiniões que preferiram não ser omitidas. As discussões pedagógicas são apresentadas como um ponto a ser realizado na escola, onde haveria a discussão dos métodos e seria acordado um posicionamento de como esses professores atuariam com seus alunos, ponto também questionado, visto que a prática pedagógica de cada professor é orientada por sua formação e suas preferências de atuação.

O ponto de maior questionamento quanto ao PPP, é sua constante menção, na qual apresenta a escola como “diferente”, possuidora de um “diferencial”. É relevante o entendimento desse diferencial, tendo em vista que a escola caracteriza-se de tal forma que a compreensão dessa visão é necessária para seu conhecimento. O consenso de que a EMMP apresenta seu diferencial no público que recebe, é maciço.

A clientela da escola é a sua principal caracterização, seguido da forma como ela é recebida. O acolhimento é o ponto forte e de principal destaque dessa instituição, visto que os alunos, diversas vezes, ao chegarem da rua, não têm suas necessidades básicas atendidas naquele ambiente, logo, a escola disponibiliza meios para que esse aluno tome banho, faça suas refeições e até mesmo durma, para no período seguinte, iniciar a prática pedagógica propriamente dita. São as necessidades extra-escolares que devem ser supridas.

Outro ponto de considerável importância é a avaliação de como a escola é percebida. Observado seu nível de exigência, a escola é tida como “flexível”, em razão da clientela que ela recebe e as dificuldades apresentadas nessa etapa de inserção escolar, fazendo-se necessário uma maior maleabilidade dos processos educativos, onde o professor faz um esforço relevante para manter esse aluno em sala e envolvê-lo então, nesse processo de ensino-aprendizagem, movimento também percebido em outras escolas, porém, a clientela apresentada é consideravelmente mais vulnerável, visto a situação de risco pessoal e social em que se encontram. O ensino por meio de oficinas é um meio muito eficiente, visto que envolve os alunos naquela atividade, demandando sua participação direta e efetiva, proporcionando assim, sua construção dos saberes. A EMMP torna-se atrativa para os alunos a partir do momento que disponibiliza meios para sua alimentação, acesso à informática, visitas monitoradas à zoológico e museus, faz encaminhamentos e articula com a rede de instituições para a proteção e a garantia de direitos dessas crianças, adolescentes e jovens adultos. E assim, vinculando-se ao aluno, inicia sua prática pedagógica com a confiança desse público.

Observa-se nas entrevistas e conversa com demais profissionais há mais de cinco anos atuantes nessa instituição, além do conhecimento da causa, certa desmotivação quanto ao papel da escola de inserir esses jovens na sociedade e em outra condição. Por diversas vezes, a fala de “remediação” ou “não ter jeito” é percebida, visto que são poucos os jovens que conseguem transformar sua condição de vida. Isso, de certa forma, é um fator desmotivante para seu trabalho profissional, sendo possível pensar que quanto mais tempo de contato com esse sistema educacional portador de diversas falhas e fatores desmotivantes, menores são os estímulos para sua prática profissional de forma prazerosa e com resultados, tendo em vista a dificuldade de possibilidades de transformação da condição social e pessoal desse alunado da EMMP.

Por vezes nota-se que a iniciativa de transformação e inovação dos meios de ensino-aprendizagem é de cada profissional, que conta com o apoio da escola, porém, ainda é uma prática de difícil consenso, visto que este é um ambiente permeado por diversas formações e pensamentos, ficando a possibilidade para discussão de novas metodologias, sempre um ponto a ser discutido e repensado pelos profissionais atuantes naquela escola.

Outro fator relevante que é apresentado é a droga. Muitas vezes o trabalho desses profissionais é limitado pelas substâncias como o crack¹⁴, dentre outras drogas, visto que tal problema é parte constituinte da vida de grande parte dos alunos e não há uma medida social eficaz e estabelecida para conter tal problemática. Em um depoimento emocionado, um dos entrevistados demonstrou sua indignação e total impossibilidade de competição com esse problema social, pois além da desestrutura familiar, a questão da drogadição é outro fator que impossibilita o aprendizado dessas crianças, adolescentes e jovens adultos, pois os processos pedagógicos são interrompidos e a aprendizagem é prejudicada também, pelos efeitos que a droga tem no organismo.

A “competição” dos profissionais envolvidos especificamente na EMMP com essa questão é recorrente e de difícil ganho ou sucesso, visto que a própria condição de rua possibilita o fácil acesso e manutenção desse vício, sem qualquer limitação na sua constância, e quebra com facilidade os vínculos estabelecidos com as instituições e o próprio processo pedagógico, que visa fortalecer esse alunado.

¹⁴ Curiosidade pela experiência, influência do meio e de questões psicológicas e sociais são algumas situações que podem levar ao consumo do crack, uma droga de efeito rápido e intenso, leva o usuário rapidamente à dependência. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/enfrentamento/fatores-de-risco>

Conclusões

Nesse estudo realizado, pretendi apontar como o PPP de uma escola é de fundamental importância para guiar a sua prática profissional e que este é o principal instrumento de articulação que uma escola pode desenvolver com todos os atores sociais que participam diretamente do processo de ensino-aprendizagem, aumentando assim, a necessidade de buscar como esse projeto é elaborado e contribuir para sua construção, visto que determinados profissionais possuem maior contato, logo, maior entendimento das necessidades daqueles que ali estudam.

Essa pesquisa possibilitou conhecer os profissionais atuantes na EMMP e como esta instituição lida com a situação de rua das crianças e adolescentes que ali estudam. Iniciada a discussão sobre a temática específica, pretendo provocar novas pesquisas sobre a importância do PPP e como este é necessário para orientação da prática profissional, sendo o principal instrumento para a garantia de um processo de ensino-aprendizagem voltado para as especificidades das crianças e adolescentes em situação de rua.

Observa-se tal escola como precursora no âmbito da educação formal no DF, ao receber alunos em situação de rua e o seu envolvimento no processo educativo, visto que a recente Política Nacional para a População em Situação de Rua pontua questões como a promoção do acesso regular das pessoas em situação de rua, a adequação dos processos de matrícula e permanência na escola e demais articulações entre os serviços que atendem essa população em situação de rua, os sistemas de ensino com vistas à garantia do acesso e permanência das pessoas em situação de risco pessoal e social na escola. Movimentos esses, já articulados pela EMMP, e agora, fomentados pela atual articulação das categorias interessadas e constantes lutas e buscas por seus direitos, acaba por resultar no Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População de Rua. O Governo do DF, no mês de maio de 2011, assumiu o compromisso, por meio da assinatura do seu representante maior, de instituir uma Comissão para tratar dessa questão, adaptando o Decreto mencionado anteriormente à situação do DF, iniciando assim, a legitimação da busca pelos direitos da população em situação de rua e agora, com meios legais para sua implementação, visto que o Distrito Federal, não possuía dispositivos jurídicos que viabilizassem a concretização dos direitos dessa população.

Pensando nos pontos levantados, com base na análise dos dados, observação e entrevistas realizadas, é possível discutir a hipótese colocada. A flexibilização que a escola possui apresenta diferentes lados: por um lado, insere o aluno nesse ambiente

escolar, trazendo-o a essa realidade para sua aprendizagem e reinserção na sociedade, por meio da instituição escolar. E por outro, seria que esses processos pedagógicos deixam de ser priorizados, atendendo primeiramente as outras necessidades do aluno, que obviamente, devem ser atendidas, mas em outro espaço.

A escola como ambiente de formação de saberes, deve ter o apoio das demais instituições para que esse aluno conte com outro local para ter esse primeiro “atendimento” e em seguida, fosse encaminhado à escola. Penso assim, visto que o índice de seqüência e aproveitamento desse saber será avaliado mais a frente, quando houver uma inserção na rede de ensino, e como já foi observado, esse aluno não consegue continuar seus estudos, visto que não consegue acompanhar determinada série ou mesmo a sistema de aulas, com tempo e normas a serem seguidas, o que provocaria uma evasão considerável.

Porém, os vínculos estão estabelecidos com essas instituições, o que fortalece a confiança dessas crianças, adolescentes e jovens adultos com aquele ambiente escolar, facilitando o trabalho e o seu envolvimento com a escola. Essa é uma situação limite que deve ser amplamente estudada para elaboramos possíveis formas de atuação nessa problemática. Acredito que uma consulta ao público diretamente interessado, crianças, adolescentes e jovens adultos, seria uma aproximação inicial e necessária com uma nova forma de pensar.

Observar também a questão da drogadição é extremamente necessário, visto que esta faz parte da vivência desse alunado e não será impedindo seu uso ou criminalizando seus usuários que essa expressão da questão social será resolvida, visto que para chegar nessa condição, há toda uma quebra ou fragilização de vínculos, sociais e pessoais, que devem ser priorizados. Com toda essa condição, o papel da escola é entender a totalidade dessa população, sendo a vulnerabilidade pessoal e social a demonstração mais evidente e urgente para atuação. Porém, a escola é uma instituição limitada e sem a articulação da rede de proteção social que deveria atuar primeiramente nesse caso, não é possível que um trabalho de ensino-aprendizagem eficiente seja desenvolvido. Com isso, demanda-se da escola um papel de “preparação” desse aluno para sua inserção na sala de aula.

A provocação dessa rede de proteção às crianças e adolescentes deve ser um papel assumido pelas demais instâncias do poder, como a própria Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, pois a escola ao movimentar-se além das suas possibilidades de encaminhamento que já possui,

fragiliza o seu ponto de partida que seria a relação ensino-aprendizagem de forma mais eficiente, logo, seu processo educativo, também será afetado.

O PPP caracteriza-se diferenciado por diversas vezes em sua estrutura, porém sua atuação é percebida como a de uma escola “normal”, visto que há um único sistema a ser respondido, da SEEDF, que não atende a especificidade da escola, ficando sob responsabilidade daqueles profissionais atuantes na EMMP, à sua iniciativa e possibilidade, de transformação daqueles conteúdos e atividades para o alcance desse alunado em situação vulnerável.

Quanto ao recebimento de recursos e meios para sua atuação, mostra-se como qualquer escola, porém, em um ponto primordial, percebe-se que não há currículo específico e estruturação voltada para a peculiaridade da escola ou mesmo adaptações oficiais, ficando a cargo da escola, essa adaptação. E mais especificamente, é possível identificar que é da iniciativa do profissional atuante na EMMP sua adaptação, em nível de conteúdo para a realidade dos estudantes, visto que a única diferenciação é que estes alunos, em sua maioria, estudam no EJA. A tendência de normatização é inerente a própria estrutura que o Estado oferece, e cabe a escola essa transformação do que é posto para a sua realidade.

Para o futuro, assim como a Política Nacional para a População em Situação de Rua, essa pesquisa aponta para uma crítica inicial dessa mesma:

“Incentivo à realização de estudos e pesquisas pelas universidades e organizações sociais especializadas em pesquisa sobre a população em situação de rua e à formação de profissionais que trabalham com esta população” (BRASIL, 2009,pg.13).

Posteriormente, pretendo desenvolver um artigo com os resultados significativos dessa problemática, visando divulgar esse questionamento proposto, visto que não há uma produção específica sobre tal escola e seu projeto político pedagógico. Além disso, o artigo também contribuirá com o Observatório de Educação – CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), através da pesquisa “*Política Educacional e Pobreza: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza*”, desenvolvida pelo Grupo TEDIS desde janeiro de 2010.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ARIÈS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência?** São Paulo: Brasiliense, 1997

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br> Acesso em 31 de maio de 2011

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2010.

BRASIL. **Política Nacional para a população em situação de rua** – apresentada ao MDS por representantes da sociedade civil integrantes do GTI em maio de 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>> . Acesso em 31 de maio de 2011.

COELHO, Barros de S.R. A política social voltada à proteção à infância e juventude no Brasil: um breve histórico. In: **Política de proteção à infância e descentralização: o caso do conselho de direitos da criança e do adolescente de João Pessoa – PB**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – UFPB, 1997, pp. 40-62.

CRAIDY, Carmem Maria. **Meninos de rua e analfabetismo**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, E. M. T.; GREIVE, C.; FARIA FILHO, L. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.567-584

_____. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 2002, n. 116, pp.245-262.

DEMO, Pedro. **Pobreza da Pobreza**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003.

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). Secretaria do Estado de Educação. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 5.ed. Brasília, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco.(orgs) **A Arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**.2ed. São Paulo: Cortez, 2009, Cap.1. pg. 33-96.

FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (orgs). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2.ed.São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Marcos C. (org.). **Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LACERDA, Cecília Rosa. **Projeto Político Pedagógico: Construção, Pesquisa e Avaliação**. Fortaleza, 2004.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. **A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPES, Eliane; FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUCK, Heloísa; PARENTE, Marta Maria de A. **Mapeamento de Estruturas de Gestão Colegiada nas Escolas dos Sistemas Estaduais de Ensino**. In: Em aberto, Brasília, v.17,n.72,2000.

MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MARX, K. Prefácio. In: **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.p.23-27.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas, Sp: FE/UNICAMP,2000.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 1993.

MONTEIRO, Kaline. **Relatório Final de Estágio**, 2010.

_____. **Relatório Final**, PROIC/ UnB 2010.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A Arte de governar crianças. A História das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I, Número I, Julho 2009. Disponível em: www.rbhcs.com. ISSN: 2175-3423

VEIGA, Ilma P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola - Uma construção Possível**. 23 Edição. Campinas/SP: Papyrus, 2007.

_____. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v.23,n.61, p.267-281, Dez.2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

YANNOULAS, Sílvia; MONTEIRO, Kaline; ASSIS, Samuel. **Relatório de Progresso PROIC – 2010**.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ªed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNES, Maria Ângela Mattar et al . **Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 11, n. 21, 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2001000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Maio 2011. doi: 10.1590/S0103-863X2001000200006.

Anexos

Anexo 1 – Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UNB
Instituto de Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

Brasília, 18 de janeiro de 2011.

Apresentamos a V.S^a. a aluna **Kaline Ferreira Monteiro** – Matrícula : 09/45218 do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, matriculada na disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso, orientada pela professora Dra. Silvia Cristina Yannoulas.

O projeto da aluna está situado no estudo do Projeto Político Pedagógico da Escola de Meninos e Meninas do Parque, objetivando estudar como a escola está preparada para receber alunos em situação de rua.

Solicitamos que a mesma possa ter acesso a informações relativas a escola, por meio de realização de entrevistas. As informações obtidas são de considerável importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

Professora Dra. Silvia Cristina Yannoulas
Professora adjunta – Matrícula: 1017080

À
Secretaria de Educação do Distrito Federal

Anexo 2 - Ofício da orientadora apresentando a estudante ao Centro Regional de Ensino do DF



Universidade de Brasília – UNB
Instituto de Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

Ofício nº

Brasília, 18 de janeiro de 2011.

Solicitamos a Vossa Senhoria autorização para que a aluna **Kaline Ferreira Monteiro**, do Curso de Serviço Social, da Universidade de Brasília, realize pesquisa referente a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a responsabilidade da Profª Dra. Silvia Cristina Yannoulas.

Atenciosamente,

Profª. Dra. Silvia Cristina Yannoulas

SER/UnB

A

Escola de Meninos e Meninas do Parque

Anexo 3 – Autorização da Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro para entrada na Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP


 GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
 SUBSECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO EDUCACIONAL
 DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO
 NÚCLEO DE MONITORAMENTO PEDAGÓGICO
 

AUTORIZAÇÃO

Autorizamos Kaline Ferreira Monteiro

Endereço: QN 7 conj. 16 casa 6

Telefone: 33761692 RG: 2335531

Procedente da Faculdade/Universidade: UNB

Para realizar:

VISITA	<input checked="" type="checkbox"/>	PESQUISA	<input checked="" type="checkbox"/>	ENTREVISTA	<input type="checkbox"/>	QUESTIONÁRIO
--------	-------------------------------------	----------	-------------------------------------	------------	--------------------------	--------------

Que será realizado na realizado na instituição de ensino: Escola de Meninos e Meninas do Parque - EMMP com o objetivo de: elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso

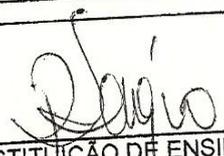
no período de 15 / 2 / 11 a 12 / 7 / 11.

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Kaline F. Monteiro com prometo-me a não fotografar, filmar ou oferecer alimentos aos alunos sem a devida autorização do responsável pela instituição.

ASSINADO: Kaline F. Monteiro

GDF - SE - DF
 DRE/PLANO PILOTO
 CRUZEIRO 33053-x
 DRE PP/C - NPM


 INSTITUIÇÃO DE ENSINO
456985

ESCOLA DOS MENINOS (AS) DO PARQUE E M...

Apêndices

Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista

1. Cargo exercido na escola:_____
2. Você sabe o que é o projeto político pedagógico?
() sim () não
3. Tem acesso a sua elaboração?
() sim () não
4. Já participou da sua elaboração?
() sim () não
5. A escola divulga quando será construído esse projeto?
() sim () não
6. Se você conhece o projeto, ele traz pontos específicos sobre a situação de rua?
() sim
Quais:_____
- () não () não se aplica
7. Você já contribuiu para a elaboração dele? Acha necessário?
() sim () não
8. Há divulgação para comunidade?
() sim () não
Onde:_____
9. Há alguma orientação para a construção do PPP?
() sim () não

10. Você se sente preparado (a) para lidar com crianças e adolescentes em situação tão precarizada?

() sim () não

11. Há formação de vínculos por parte dos alunos com a escola? Confiam no na instituição para demais situações?

() sim () não

Como? _____

12. Há uma continuidade dos estudos? Há permanência constante?

() sim () não.

13. Há muitas conclusões dos estudos?

() sim () não

14. E quanto às desistências? São muitas?

() sim () não

15. Já houve algum aluno que se destacou?

() sim () não

Onde está? _____

16. Foi feito algo especial em relação à ele na época?

() sim () não

O quê? _____

17. Você considera que a escola possui o apoio devido do governo?

() sim () não

Porquê?

18. Você considera o projeto político pedagógico importante?

() sim () não

Por quê?

19. Você acrescentaria algo nele?

() sim () não

O quê?

20. Há alguma interferência externa à escola no PPP?

() sim () não

Quais?

21. Você mudaria algo na escola?

() sim () não

O quê?

22. Você mudaria algo no PPP?

() sim () não

O quê?

23. Há algo proposto, ainda não realizado na escola?

() sim () não

O quê?

24) Segundo o PPP, há um diferencial na escola. Qual seria? Tem um exemplo concreto?

Qual? _____

Obrigada, sua contribuição foi muito importante para nós!

Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Universidade de Brasília – UnB.
 Instituto de Ciências Humanas – IH.
 Departamento de Serviço Social – SER.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada ***Educação e Situação de Rua: Como uma escola está preparada para receber crianças e adolescentes nessa condição?***. A pesquisa está sob a responsabilidade da Prof^a. Dra. Silvia Yannoulas, orientadora da pesquisa, e Kaline Ferreira Monteiro, graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília – UnB, que fará desta pesquisa, o seu trabalho de conclusão de curso.

O objetivo da pesquisa é observar como a Escola de Meninos e Meninas do Parque pode proporcionar as crianças e adolescentes em situação de rua, um ambiente escolar favorável para sua aprendizagem, dada a situação de risco que esse público se encontra e como seu Projeto Político Pedagógico atende as sensibilidades dessa demanda. A pesquisadora estará aberta a esclarecer qualquer dúvida durante todo o processo da pesquisa, sendo que esta não oferece riscos ou danos morais e/ou materiais aos participantes. A confidencialidade dos dados dos participantes e dos materiais coletados durante a observação será assegurada, e estará sob responsabilidade da pesquisadora. Estou ciente de que será usado pseudônimo quando houver referência a determinada pessoa.

Tendo o conhecimento da pesquisa descrita acima, concordo em participar voluntariamente da mesma, podendo desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Declaro ainda, ter conhecimento que as informações disponibilizadas estarão sob sigilo, assim como as informações obtidas em campo.

 Assinatura do Entrevistado

 Assinatura da pesquisadora
 Pesquisadora: Kaline F. Monteiro

Brasília, ____ de _____ de 2011.